

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

RAFAELA DA SILVA BARROS

**DIVERSA, MAS NÃO CONTROVERSA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAPEL
DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA
UFOP E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL COMO LAÇO QUE
UNIFICA TEORIA E PRÁTICA**

MARIANA

2021

RAFAELA DA SILVA BARROS

**DIVERSA, MAS NÃO CONTROVERSA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAPEL
DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA
UFOP E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL COMO LAÇO QUE
UNIFICA TEORIA E PRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Assistente Social,
do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas,
da Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientadora: Prof.^a Me. Sheila Dias
Almeida

MARIANA

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

B277d Barros, Rafaela Da Silva .

Diversa, mas não controversa [manuscrito]: considerações acerca do papel dos assistentes sociais na política de assistência estudantil da UFOP e o projeto ético-político profissional como laço que unifica teoria e prática. / Rafaela Da Silva Barros. - 2021.
103 f.

Orientadora: Profa. Ma. Sheila Dias Almeida.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistência social. 2. Estudantes - Programas de assistência. 3. Política pública. I. Almeida, Sheila Dias. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4



FOLHA DE APROVAÇÃO

Rafaela da Silva Barros

Diversa Mas Não Controversa: Considerações acerca do papel dos Assistentes Sociais na Política de Assistência Estudantil da UFOP e O Projeto Ético Político Profissional Como Laço Que Unifica Teoria e Prática

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 26 de agosto de 2021

Membros da banca

Orientadora - Professora: Me. Sheila Dias Almeida - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr^a. Adriana De Andrade Mesquita - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Davi Machado Perez - Universidade Federal de Ouro Preto

Sheila Dias Almeida, 23 de setembro de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Sheila Dias Almeida, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/09/2021, às 21:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0224762** e o código CRC **231E589A**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus. À minha família, que sempre acreditou em mim, me apoiando desde o início dessa jornada, até a etapa final, me dando forças para atravessar os momentos difíceis.

Agradeço a todos meus amigos pelo companheirismo, pela escuta, e momentos de descontração e farrá. Em especial minha república Rosa Xiclete que fez com que minha caminhada acadêmica fosse mais leve.

À PRACE pela oportunidade, foram anos que aprendi muito e com certeza irá fazer diferença na minha prática profissional.

À minha orientadora Sheila, serei eternamente grata. Obrigada pela dedicação, esforço e paciência, sem você eu não teria conseguido.

Por último, mas não menos importante, agradeço à banca examinadora, Davi e Adriana, pela disponibilidade, é um prazer compartilhar esse momento com professores que me inspiram.

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar de que modo a prática profissional dos assistentes sociais que atuam na elaboração e execução das políticas de assistência estudantil da UFOP, em acordo com o conjunto de elementos, vivificam e legitimam a materialidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social. O objetivo geral da pesquisa é buscar apreender as perspectivas de atuação e os desafios postos ao trabalho neste espaço considerando que, assim como as demais políticas públicas, a assistência estudantil têm sofrido os impactos do projeto capitalista neoliberal, que visa o lucro e não a garantia de direitos da sociedade, junto ao agravamento deste contexto diante a pandemia do COVID-19. A metodologia usada foi a análise bibliográfica e documental, tendo como fontes artigos, livros, notícias e matérias publicadas em revistas e sites.

Palavras-Chave: assistência estudantil; política pública; Projeto Ético-Político Profissional.

ABSTRACT

The present work aims to analyze how the professional practice of social workers working in the elaboration and execution of the UFOP's student assistance policies, following the aforementioned set of elements, enliven and legitimize the materiality of the Ethical-Political Project of Social Work. The overall objective of the research seeks to comprehend the perspectives of performance and the challenges of working in this space considering that, as other public policies, student assistance has suffered the impacts of the neoliberal capitalist project, for-profit instead of ensure the rights of society, with the worsening of the context on the pandemic COVID-19.

The methodology used was documents analysis, using as sources theses, books, news and articles published in magazines and websites.

Keywords: student assistance; public policy; Professional Ethical-Political Project.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BIDA	Bolsa de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPAE	Cadastro para Programas de Assistência Estudantil
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
COVID-19	(co)rona (vi)rus (d)isease - tradução: "doença do coronavírus"
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EAD	Ensino à Distância
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
NACE	Núcleo de Assuntos Comunitários e Estudantis
NOB	Norma Operacional Básica
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
PAA	Política de Ação Afirmativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIDIC	Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência

PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PRACE	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNE	União Nacional dos Estudantes

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Periodicidade das Atividades do Projeto de Intervenção	84
Tabela 2 – Cronograma de Matrículas do Projeto de Intervenção	85
Tabela 3 – Primeiro Semestre de 2019	86
Tabela 4 – Segundo Semestre de 2019	88

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Número de Bolsistas antes da Portaria 012, de 10 de setembro de 2019.....91

Gráfico 2 – Número de Bolsistas após a Portaria 012, de 10 de setembro de 2019.....92

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. DA PRÁTICA DA AJUDA AO PROJETO ÉTICO POLÍTICO: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	22
2.1. Transformações societárias, perspectivas críticas e teóricas: O Serviço Social como protagonista na cena histórica brasileira.....	24
2.2. A política de Assistência Social no Brasil e o caminho da universalização dos direitos	29
2.3. “Começaria Tudo Outra Vez se Preciso Fosse:” O Projeto Ético Político como fôlego em meio ao caos.	39
3. ACESSO, PERMANÊNCIA E RESISTÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	44
3.1. “É na Luta que a gente se encontra”: E por princípio, a defesa intransigente dos direitos humanos	49
3.2. Focalização ou direito? As ações afirmativas na arena das disputas políticas.....	52
3.3. Resgatando a história: A educação superior no Brasil, trajetórias e vigília constante contra o desmonte a privatização.....	59
4. DESAFIOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	67
4.1. PRACE: PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS ESTUDANTIS - UFOP	69
4.2. Conhecendo a UFOP: Limites e entraves de uma instituição em desenvolvimento.....	74
4.3. A Política de Assistência Estudantil Como Um Direito Que Efetiva o Projeto Ético Político Profissional.....	76
4.4. O Projeto de Intervenção como parte da etapa metodológica	82
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS.....	101

1. INTRODUÇÃO

O serviço social nasce no Brasil, em um movimento inicial de acirramento das expressões da questão social, e em decorrência da agudização da pobreza, na década de 1930 e 1940, para atender a nova dinâmica que o país vivia em seu processo de industrialização, em um contexto de grandes manifestações populares contra o governo, que na época vivia intensa agitação econômica, política e social, em plena expansão do capitalismo monopolista. A movimentação e organização da classe trabalhadora, fez com que a situação de miséria que a maioria da população vivia, viessem à tona, tornando o que era visto como uma demanda social, em uma demanda política.

As expressões da questão social crescem, a classe trabalhadora inicia um intenso movimento de organização pelo reconhecimento de direitos, não só políticos e civis, como direitos sociais. Essas expressões demandam um posicionamento do Estado, das classes dominantes e da Igreja, e diante a pressão, o governo cria entidades normativas para as relações de trabalho. A emergência da profissão se deu como uma das alternativas para tratar o agravamento da pobreza e das adversidades postas pela contradição entre capital e trabalho, como dizia Martinelli (1993, p. 66) “a origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo -, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido”. Articulados, o Estado, a burguesia e a Igreja, buscavam alternativas de mascarar os problemas sociais e a insatisfação popular, encontrando no surgimento dessa profissão respostas para os problemas e mazelas sociais que só aumentavam ao passo que a sociedade se desenvolvia.

As expressões da questão social são as formas de precarização da vida social específicas do modo de produção capitalista, é o objeto de trabalho do Assistente Social, e era tratada como caso de polícia, como uma questão individual pautada na culpabilização do indivíduo, com um forte apelo à religião como forma de enfrentar os problemas advindos da imposição capitalista. Segundo Alejandra Pastorini (2004), a questão social, nos países da Europa, surgiu no século XIX com a ascensão do capitalismo industrial e do processo de urbanização, e nesse

momento histórico não haviam leis trabalhistas, não existia nenhuma medida de proteção à classe trabalhadora, havia somente a precarização aguda da vida social em virtude do processo de industrialização que o capitalismo industrial trouxe. Essas formas de precarização da vida fizeram com que a classe trabalhadora iniciasse seu processo de politização das suas questões, passando a tornar público os seus problemas e a forçar a sociedade a enxergá-los.

No capitalismo mundializado¹, a riqueza é produzida coletivamente, mas sua apropriação é privada, essa é a razão da existência de toda a precarização da vida social, e é nessa lógica que a questão social existe. Trazendo uma interpretação mais clara a fim de trazer à realidade, podemos citar a diferença da fome no modo de produção capitalista e a fome no feudalismo, que era um a unidade social, econômica e política baseada na relação de troca. Ela – a fome - sempre existiu, porém é diferente em ambos os sistemas econômicos. No modo de produção feudal as pessoas passavam fome por conta da escassez de recursos e adversidades relacionadas à natureza como a seca, pestes, tempestades, que prejudicavam o solo, e nesse tempo existia o desenvolvimento das forças produtivas, porém em grau inferior em relação ao capitalismo e de fato existia uma dificuldade na produção de alimentos. Já no capitalismo, existe desenvolvimento das forças produtivas, tecnologia, e a produção de alimentos em abundância, sendo superior às necessidades da população, ou seja, a fome existe em meio a abundância, em virtude da divisão desigual da riqueza que é produzida socialmente e a obtenção do lucro, sendo essa a principal questão que desencadeia a desigualdade social.

A produção de riqueza em escala substancial existe, mas por permanecer concentrada na mão de poucos, a fome, a violência e o desemprego, continuam existindo. É importante entender a diferença, as expressões da questão social não são naturais como o capitalismo nos força a interpretar, já que ele afirma que a pauperização e a miséria, sempre existiram e sempre vão continuar existindo, portanto, não são naturais e sim construídas socialmente, com a finalidade de atender as necessidades do capital, pois, para que ele enriqueça, produza lucros, necessariamente e na mesma medida, precisa produzir miséria, estando dentro da sua estrutura metabólica. Como afirmam Carvalho e Iamamoto (1983, p. 77), a

¹ Ver mais em CEOLIN, 2014. In.: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014

questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social da contradição entre proletariado e a burguesia a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Em 1936 surge a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo, vinculada à Igreja Católica, atrelada ao conservadorismo. Oferecia formação para mulheres de famílias tradicionais com a finalidade de fazerem ações sociais, com cunho de caridade, sem perspectiva crítica e sem a compreensão de que as desigualdades sociais, a agudização da pobreza e da vida precarizada, ocorria de acordo com as transformações advindas do sistema econômico capitalista, e das imposições que esse modelo de sociabilidade impunha aos sujeitos em todas as esferas da vida social. A partir de uma interpretação acrítica, as/os novas/os agentes sociais reafirmavam que os problemas sociais, econômicos, políticos e etc, deveriam ser encarados como algo da ordem natural e da inadequação do indivíduo ao meio.

A partir dos anos 1960, houve uma intenção de ruptura com esse conservadorismo, que segundo Paulo Netto (2005. p. 250), essa perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico - metodológicas e prático-profissionais. Esse momento se expressa no Brasil em um movimento de renovação cultural, política, social, com características heterogêneas, seja na manutenção da ordem e do conservadorismo vigente, seja na atualização desse conservadorismo inicial, indo em direção ao pensamento de Karl Marx (1867. p. 30), embasando o referencial teórico-metodológico do serviço social. Uma nova proposta teórico-ideológica se desencadeia, resultando em uma prática não assistencialista, comprometida com as classes, e que era mais que tudo, transformadora. Houve também o chamado Movimento de Reconceituação do Serviço Social, sendo um grande marco, resultando em mudanças no interior da profissão, tanto teóricas quanto formativas. Esse movimento propôs romper com o tradicionalismo e práticas conservadoras,

fazendo com que o profissional se tornasse mais crítico diante a realidade da sociedade.

Netto (2005), afirma que esse movimento não pode ser pensado de forma endógena, e tem relação com o processo do desenvolvimento capitalista e com a autocracia burguesa, ou seja, com o governo da ditadura, e inserido nesse contexto, o serviço social vem atender as demandas que surgiam nessa realidade, ainda segundo Netto (2005, p. 118): Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exigia-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionais”.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social teve três dimensões: a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e o movimento de intenção de ruptura, cada tendência sendo diferente entre si. A modernização conservadora vai ser o primeiro momento em que a profissão vai se afastar da perspectiva religiosa e se tornar laica, vai buscar a "modernização" do ponto de vista técnico, a fim de obter técnicas de intervenção mais modernas para seu agir profissional junto ao estado, porém ainda dentro de uma lógica positivista. A segunda vertente, reatualização do conservadorismo, é um momento de absoluto retrocesso, onde o avanço obtido na primeira vertente se anula, os profissionais voltam com os pensamentos conservadores, ao seu atrelamento com a igreja, porém agora, associado a uma teoria conservadora, chamada fenomenologia, que é um discurso pautado na lógica psicologizante onde os profissionais do serviço social iriam construir sua prática profissional pautada no diálogo como se fosse o redentor e agente de transformação na sociedade, e embora o diálogo seja importante, não é suficiente para se chegar a uma transformação societária, pois, quando o indivíduo tem problemáticas objetivas, é necessária intervenções também objetivas para dar enfrentamento à elas.

Já no movimento de intenção de ruptura, é um momento emblemático, o primeiro momento em que de fato a profissão se distancia do conservadorismo. No

início desse movimento, houve uma aproximação dos pensamentos de Marx, porém como era uma realidade de ditadura, era uma aproximação perigosa, o que dificultava o debate aberto sobre, e isso gerou interpretações equivocadas sobre os referenciais marxistas, pois as pessoas liam esses referenciais por fontes equivocadas. Já no final da década de 1970 e início da década de 1980, o serviço social vai começar a se apropriar da real literatura marxista, pois nesse momento, a democracia começa a se restabelecer, logo, não há impedimentos para a apropriação do marxismo clássico, corrigindo os equívocos do primeiro momento da intenção de ruptura, e nesse momento, segundo Netto (2005), a professora Marilda Iamamoto traz sua contribuição sendo a primeira profissional do serviço social que traz a correta interpretação do Marxismo para o serviço social.

Iamamoto e Carvalho (1983, p.88) consideram que um dos legados deste Movimento foi a aproximação com o marxismo e a compreensão de que o serviço social é uma profissão especializada. Nesta perspectiva, ainda que o serviço social seja caracterizado como profissão e não como ciência, isso não exclui a possibilidade de contribuir com a produção de conhecimentos científicos no campo das ciências humanas e sociais. A profissão, após esse processo de renovação se inclui no âmbito acadêmico, articulando com outras áreas como sociologia e filosofia, cada vez mais produzindo conhecimento e se aproximando das ciências sociais.

O curso de serviço social nos dá uma perspectiva atípica sobre o mecanismo da exploração no sistema capitalista, caracterizado por um processo produtivo que tem uma finalidade em si mesmo, e por isso aliena o trabalhador, já que é somente para produzir lucro, que ele ocupa determinados espaços. Por conta da divisão social do trabalho a sociedade se divide entre quem detém os meios de produção, e quem não detém, ou seja, burguesia e classe trabalhadora. Os trabalhadores assalariados vendem sua força de trabalho ao capital, para obterem a sua subsistência.

O Estado atua na defesa dos interesses da burguesia, criando uma base para que ideologias e normas sejam reguladas pela classe dominante, assegurando seus interesses. Essas contradições ficam claras com o aumento da população pobre, que sofre com doenças, fome, falta de acesso às tecnologias, entre outros

problemas. Em contrapartida vemos o acúmulo de riquezas, o crescimento de lucros nas grandes empresas, e a classe dominante cada vez mais rica. As transformações no mundo do trabalho dentro do modo de produção capitalista impactam diretamente nos diferentes campos de trabalho profissional, e transformam também as relações sociais e a organização da força de trabalho. Nesse cenário, é importante observar os impactos do capitalismo nas particularidades que atravessam o serviço social brasileiro, e que está ligado diretamente nas demandas postas ao trabalho na sua prática cotidiana, circunscrita à divisão social do trabalho.

Diante os desafios enfrentados pelos assistentes sociais, como baixos salários, péssimas condições de trabalho, contratos temporários, recursos escassos voltados a assistente social e política social, o que compromete a execução do trabalho em si, entre outros desafios a serem enfrentados, surge o interesse em pesquisar O Papel do Assistente Social na Assistência Estudantil na Universidade federal de Ouro Preto - UFOP, a fim de identificar quais os maiores problemas enfrentados na categoria dos assistentes sociais neste espaço de trabalho, visto que a atual configuração do capital cada vez mais dificulta as ações que tem foco na assistência, previdência e seguridade social, portanto, não é diferente na assistência estudantil, prejudicando a execução de políticas assistenciais, e impactando diretamente a vida dos milhares de estudantes que dependem dos programas para a permanência na Universidade.

A partir do exposto, apresento então, o que despertou meu interesse para estudar essa temática ainda no primeiro ano de faculdade, período em que iniciei meu trabalho como bolsista do programa BIDA (Bolsa de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico), na PRACE (Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. Esse programa busca vincular estudantes em vulnerabilidade socioeconômica tendo como princípios norteadores a participação de estudantes em projetos e atividades que condizem com o seu curso e com as diretrizes do PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil), contribuindo assim, com a sua formação acadêmica ao longo do tempo de sua permanência na Universidade. Iniciei atuando na triagem da documentação do estudante e seu grupo familiar, requisito principal para o ingresso do aluno aos programas de assistência estudantil da UFOP, e tive contato direto com o estudante, a fim de auxiliá-los na organização da

documentação que a portaria requisitava. Com as alterações na organização do trabalho na equipe da PRACE, foi designada aos bolsistas além da triagem, um segundo trabalho, a consulta pública do grupo familiar dos estudantes. Também participei desse serviço, o que me aproximou ainda mais do dia-a-dia profissional de cada integrante que compunha a equipe de trabalho.

Esse trabalho se aprofundou no estágio curricular obrigatório, onde realizei entrevistas, concluí avaliações socioeconômicas e tive um olhar tanto como usuária, por ser beneficiada com os auxílios, quanto um olhar do profissional e seu trabalho diário, questionando suas atribuições, seus deveres e buscando compreender as limitações impostas a essa prática profissional. Minha tentativa em compreender esse trabalho, está para além da compreensão da política pela política, mas compreender a realidade concreta que se coloca ora como contraditória, com o foco no trabalho prático e ainda na efetivação da postura política que atravessam os sujeitos dessa ação, além disso, o título se refere à discussão que permeia sobre a teoria ser divergente da prática, entretanto, durante esta pesquisa essa afirmativa perpassa caminhos que a questionam, já que durante minha atuação como bolsista e estagiária pude usar a construção das bases teórico-metodológica durante o curso, junto à prática profissional.

Compreendendo o Estágio Supervisionado do Serviço Social como atividade essencial para o processo de formação profissional, inscrito nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, ancorado por um conjunto de documentos que preconizam essa profissão, como o Código de Ética Profissional 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993), subsidiados pelas entidades representativas dessa categoria, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais (CRESS).

Surge a partir da minha vivência e olhar ainda incipiente, a necessidade de desenvolver um estudo mais específico sobre os profissionais que atuam na política de assistência da UFOP. Cabe ainda ressaltar, que como é sabido, estamos vivendo num cenário pandêmico. A COVID-19, alterou a dinâmica da vida social, profissional, política, coletiva e privada dos indivíduos aqui no Brasil e no mundo. Tais impactos

podem ser sentido em toda a comunidade “ufopiana²”, bem como de todo o globo terrestre. Isto tem exigido ações e respostas urgentes para os profissionais aqui citados, como também em diversas áreas do conhecimento.

Cabe aqui, o destaque da materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social, através da ação prática das/os assistentes sociais, uma vez que estes trabalham com a garantia de direitos, com a efetivação da política a favor da classe trabalhadora, portanto, esta profissão não só reivindica a democracia, como também a exerce ao cumprir as determinações impressas em seu código de ética. Pesquisar sobre o serviço social diante da conjuntura política atual fortalece o debate no serviço social, além de favorecer a elaboração de estratégias profissionais que fortaleçam a luta pela educação na universidade pública, gratuita e de qualidade.

O planejamento, execução e avaliação de ações de educação também são importantes para proporcionar um ambiente promissor na passagem dos alunos não só para a universidade, mas faz parte do fazer profissional, sobretudo, por se tratar de uma profissão que é uma das principais executoras das políticas públicas. Ações como campanhas socioeducativas, rodas de debates, atividades de formação política, entre outros. Esse trabalho não se resume apenas à execução das políticas públicas, e sim a participação de um processo de planejamento para ampliar a efetivação das ações desenvolvidas a fim de garantir direitos e viabilizar enfrentamento às desigualdades sociais existentes.

A partir do exposto, segue uma breve apresentação de como este trabalho foi estruturado em seus capítulos e tópicos. A metodologia foi baseada na pesquisa e análise documental em artigos, livros, notícias e matérias publicadas em revistas e sites. Esta pesquisa tem sua estrutura dividida em três capítulos, somados desta introdução e as considerações finais. O primeiro, nomeado como “Da prática da ajuda ao Projeto Ético-Político: transformações históricas do Serviço Social Brasileiro”, discorre sobre o contexto sócio-histórico no Brasil que a profissão surgiu e reflexões de como as relações sociais são determinadas no modo de produção capitalista. Há a discussão acerca da necessidade de criação e aplicação daS

² Jeito coloquial de se referir à comunidade de estudantes, técnicos, docentes, terceirizados e todas/os que compõem a comunidade da Universidade Federal de Ouro Preto.

políticas sociais na efetivação da cidadania para a classe trabalhadora, além de discorrer sobre as diretrizes curriculares em sua totalidade na formação do perfil profissional. Por fim, expõe a construção do Projeto Ético-Político e a importância de fortalecer sua composição.

No Capítulo II se desenvolve a análise da trajetória da política de assistência estudantil no Brasil, incluindo as entidades que representam essa política, há também a discussão sobre a luta de classes dentro sistema capitalista, além da incumbência das ações afirmativas em uma realidade historicamente desigual. Por fim, resgata a trajetória do ensino superior brasileiro, o prejuízo na educação em razão tanto do desmazelo do governo em faltar com investimentos a essa área, quanto pelo contexto pandêmico.

Já o Capítulo III, traz em seu conteúdo a questão das adversidades que o profissional encontra em seu exercício, principalmente no cenário recente. Há a apresentação da PRACE, sua estrutura e programas detalhados, um breve histórico do surgimento da UFOP e enfim, o debate sobre a política de assistência estudantil como uma conquista do projeto Ético-Político Profissional e sua materialização na prática do estágio supervisionado da UFOP. Em conclusão, as considerações finais resumem todo conteúdo apresentado na pesquisa, acrescidos de reflexões sobre os resultados e possíveis intervenções visando sempre a garantia de direitos da classe trabalhadora.

2. DA PRÁTICA DA AJUDA AO PROJETO ÉTICO POLÍTICO: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O presente capítulo, em seu contexto geral, fará um resgate histórico do serviço social, mostrando como a profissão se faz necessária devido à agudização das expressões da questão social e como ela está diretamente ligada ao acúmulo do capital. Irá relatar o interesse do Estado, diante as reivindicações populares, em manter a paz social, visto que, ela é necessária para a manutenção do modo de produção capitalista. Ao fim, há uma reflexão sobre como é importante refletir sobre romper com interpretações endógenas do sistema capitalista, bem como o neoliberalismo, já que são empecilhos para chegar-se a mudanças sociais necessárias na sociedade.

Para entender o surgimento do serviço social brasileiro, previamente, é imprescindível contextualizar a sua fundação sócio-histórica no país, bem como as mudanças sociais e políticas ocorridas nessa época, sendo essa contextualização necessária para a compreensão da emergência dessa profissão. A primeira escola de serviço social no Brasil surgiu em São Paulo, em 1936, e a segunda escola no ano seguinte, 1937, no Rio de Janeiro, no governo do presidente Getúlio Vargas, havendo uma série de mudanças na forma de intervenção do Estado, na política e na economia brasileira. Nesse momento, há uma agudização das expressões da questão social. Em 1917 ocorreu a revolução Russa, de cunho socialista, a qual a classe trabalhadora se organizou por meio de ações políticas e sociais que buscavam a mudança em decorrência da insatisfação da classe trabalhadora (operários e camponeses) em contraposição ao governo absolutista, resumindo, um conjunto de eventos sociopolíticos. Essa onda revolucionária do socialismo e da organização da classe trabalhadora se espalha por outros países e gera uma série de consequências para os países capitalistas, por conta da pressão dessa revolução para conseguir seus direitos políticos, civis e sociais. Nesse contexto, havia interesse em conter a organização da classe trabalhadora e as estratégias advindas dessa organização, era necessário então, no Brasil, um profissional que atuasse tanto ao que era interesse do Estado, quanto nas demandas cobradas a ele.

O Estado, a depender da correlação de forças, proveniente das relações que ele e outras instituições estabelecem para obter controle e poder na luta de classe, vai atuar principalmente em favor da burguesia, por isso, a classe trabalhadora só consegue sua existência e sua manutenção quando se organiza e luta. Com isso, o Estado responde através da criação de políticas públicas a fim de garantir direitos sociais, que é o principal espaço de atuação do assistente social, além de direitos civis e políticos. Dentro desse período de criação e ampliação de políticas públicas, seria necessária a contratação de profissionais para trabalharem nessas políticas, sendo um período de ampliação não só para o serviço social, como também para outras profissões, como psicólogos, enfermeiros, entre outros. É notório que o estado brasileiro não percebe a necessidade do povo em se exercer como cidadão de direitos, e sim, age por pleno interesse em manter sua autoridade e sua atuação como principal organizador e gestor dos interesses privados da burguesia.

O capitalismo concorrencial tinha como forma de organização o liberalismo econômico, em que o Estado não deveria intervir na economia, o mercado se auto regular, e em 1929³ com a crise da bolsa de valores, verificou-se que não daria pra ter um estado totalmente fora da economia, então passou a ser o chamado Estado de bem estar social, que passa a intervir não só a favor da classe burguesa, mas também a favor da classe trabalhadora na criação de políticas públicas, esse movimento ocorreu globalmente, porém o Brasil nunca adquiriu as perspectivas do Estado de bem estar social de fato.

O Estado de bem estar social é a ideia de que o Estado deve garantir três aspectos básicos para a vida em sociedade: serviço financeiro, como seguro desemprego, seguro maternidade, previdência social; serviços sociais como assistência médica, educação e serviços monetários como, por exemplo, medicamentos, roupas no caso de uniformes, livros, que serão disponibilizados pelo Estado em troca de tributos que a população vai pagar. Esse modelo se desenvolveu na década de 1930 e sua base teórica é o Keynesianismo, criada por John Maynard Keynes em seu livro Teoria geral do emprego, e ele afirma que era uma resposta direta às crises do estado liberal que defendia a não intervenção do

³ A Crise de 1929, ou Grande Depressão, foi uma grave crise econômica que iniciou nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo capitalista, as principais causas foram a oferta de créditos baratos e a falta de regulamentação da economia. Seus efeitos duraram por uma década.

estado na economia, e ainda segundo ele, a estrutura capitalista naturalmente trabalha abaixo do pleno emprego e em momentos de crise, a primeira medida que os empresários tomam, é demissões em massa, isso faz com que as pessoas desempregadas consumam menos, logo o setor produtivo das indústrias vão produzir menos, gerando um ciclo, e a única estrutura capaz de romper esse ciclo, seria o Estado, na regulamentação econômica, agindo como uma balança. Ele também afirma que em uma sociedade em que a seguridade social existe, diante uma crise, os impactos são menores.

Nesse sentido, pensar em possibilidades de romper com interpretações endógenas do sistema capitalista, contribui para uma sociedade sem exploração de classe, etnia e gênero. Compreender as particularidades do capitalismo brasileiro nos leva a uma análise mais crítica dessas expressões da questão social que são ocultadas principalmente nos dias atuais.

2.1. Transformações societárias, perspectivas críticas e teóricas: O Serviço Social como protagonista na cena histórica brasileira

O presente tópico trará um resgate histórico de um momento de grandes conquistas no que se refere a direitos humanos no período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), citará entidades representativas importantes que expressam a defesa dos princípios fundamentais do serviço social, será uma breve exposição sobre as transformações societárias e o protagonismo histórico dessa profissão que não se furtou em acompanhar, interpretar e responder às exigências da história.

Muito se fala sobre o período em que Getúlio Vargas governou o Brasil, esse período foi marcado por diversos acontecimentos e marcos na história contemporânea pelas mudanças nos direitos sociais, nos direitos políticos e civis, e o serviço social surge nessa época, em 1930, que inicialmente se configura com base no assistencialismo junto à Igreja Católica, de cunho moralista. No período do governo provisório (1930-1934), Vargas assumiu o poder, logo após a Revolução de 1930, através de um golpe militar, iniciando o processo de centralização política. Nesse primeiro momento, ele cria os ministérios, como o da educação e do trabalho, além de formular algumas leis trabalhistas, entre outros feitos. Após a criação da nova Constituição (1934), inicia-se a segunda fase do governo, chamado governo

constitucional (1934-1937), consolidando de fato o voto secreto, o voto feminino e as leis trabalhistas. Já no estado novo, (1937-1945), foi um governo ditatorial, com censura e características fascistas, pregando o evangelho e o patriotismo.

Vargas introduz a industrialização brasileira criando estatais como a Vale do Rio Doce, e a industrialização é vista como uma política de estado no Brasil, e ele começa a mediar as relações entre trabalhadores e empresários, motivo pelo qual criou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que já era uma reivindicação antiga da classe trabalhadora, antes mesmo da ascensão de Vargas, e a partir disso, por conta do seu governo populista e mediador entre classe trabalhadora e burguesia, ele passa a ser chamado de “pai dos pobres”. O Serviço Social foi importante em um processo que o governo visava uma estratégia para orientar e disciplinar a população trabalhadora, já que o governo carecia de mão de obra dessa população.

As ações dos Assistentes Sociais nessa época eram destinadas somente às mulheres, tanto nas ações missionárias da Igreja, quanto na Escola de Serviço Social. Junto à Igreja Católica, Vargas desenvolve programas políticos de assistência com a ideia de se importar com os problemas da população pobre. Getúlio passa ser o primeiro estadista a tratar a questão social, como estratégia de controle social, a criar leis trabalhistas na tentativa de diminuir as consequências do capitalismo na sociedade, até então, essas questões eram tratadas como “caso de polícia”, os pobres que se rebelavam sofreram repressões, agressões ou eram levados pela polícia.

O período de 1930 a 1964, caracterizou-se por uma marcha acelerada, correspondendo ao início da Era Vargas. Foi o grande momento da legislação social, com avanço nos direitos sociais, ressignificando a cidadania., porém introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis, comprometendo em parte sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa. (CARVALHO, 2013, p. 89).

Ainda na década de 1930, no Estado Novo, houve a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, com o objetivo de organizar as ações de assistência pública, e foi caracterizada por desviar verbas, com caráter de clientelismo e assistencialismo, aumentando o populismo de Vargas. Nessa época, houve uma expansão da atuação do serviço social, por conta do aumento da industrialização,

êxodo rural, o que acarretou a necessidade de grandes instituições nacionais de assistência social, pois o Estado se via obrigado a gerar ações para controle das massas, foi onde surgiu a LBA, em plena expansão capitalista. Pode-se observar que o Estado, a Igreja e a burguesia interpretam as expressões da questão social de forma distinta, mas se identificam no que se refere a manutenção da ordem capitalista, controlando a classe trabalhadora. Com base nesse percurso que a história do serviço social passou, no sentido de entender a configuração da profissão, podemos refletir:

O Serviço Social não é, portanto, uma simples extensão das velhas práticas filantrópicas (ainda que as incorpore). Ele é algo substancialmente novo, uma profissão como tal, socialmente reconhecida, que nasce da incorporação acomodação do arcaico [...], superando-o técnica e cientificamente na medida em que o mercado de trabalho profissional se expande e se consolida por meio das grandes instituições assistenciais direta ou indiretamente articuladas a um Estado organicamente vinculado à reprodução do capital na era monopólica (SILVA, 2013, p. 57).

No que se refere à profissão na contemporaneidade, as atribuições do (a) Assistente Social são norteadas pelos princípios inscritos no Código de Ética Profissional 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993), legitimando o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais (CRESS), dispendo de condições éticas e técnicas do exercício profissional contidas na Resolução CFESS 493/2006, cumprindo suas atribuições e competências garantindo o sigilo profissional. (CFESS/CRESS).

Segundo Iamamoto (2000), as ações dos assistentes sociais possuem dois elementos que representam uma ruptura com a concepção conservadora dos anos de 1980: 1) considerar a questão social como base de fundamentação sócio-histórica do serviço social: A questão social como base de sua fundação como especialização do trabalho. Sendo a questão Social, as expressões das desigualdades da sociedade capitalista, onde a produção é coletiva, mas a apropriação é desigual. 2) Aprender a prática profissional como trabalho, o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho. É neste cenário, que os indivíduos vivenciam as mazelas da pobreza, as tensões das relações de produção e a elas resistem e se opõem reivindicando seus direitos, situados dentro de um conflito de interesses de classes.

Para Martins (2012), o serviço social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social, formulando e implementando formas de enfrentamento. (MARTINS, 2012, p. 209-252). Segundo Iamamoto (2000), a prática profissional é condicionante das relações entre as classes na sociedade, o trabalho como fundante do ser social, sendo uma atividade prático-concreta, onde opera mudanças tanto na matéria ou objeto a ser transformado, quanto na subjetividade, pois permite aos indivíduos descobrirem as suas capacidades teleológicas. Considera também, que tratar o serviço social como trabalho, supõe considerar a produção e o processo de reprodução da vida social, como determinantes na constituição da materialidade e da subjetividade das classes que vivem do trabalho. (IAMAMOTO, 2000).

O Assistente Social por via do seu trabalho, promove a cidadania, onde a abordagem sempre terá um olhar na sua totalidade, propondo soluções adequadas a cada tipo de situação, sempre a favor da classe trabalhadora, tendo seu papel fundamental na materialização e acesso aos direitos sociais. Em momentos de retrocessos, atua não somente no enfrentamento às questões trazidas pelos usuários, mas também pode atuar no sentido de politizá-los, fazendo com que a consciência de classe chegue às classes sociais mais baixas na busca do empoderamento desses sujeitos e da sociedade.

Em síntese, Iamamoto afirma que o serviço social é considerado como uma especialização do trabalho e a atuação do assistente social uma manifestação de seu trabalho inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social. Essa análise não aceita ideias divergentes, que analisam dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho econômico, político ou cultural (IAMAMOTO, 2000). O objeto de trabalho do serviço social são as expressões da questão social; o conhecimento que ele adquire através da apropriação da teoria - para compreender as bases teórico-metodológicas - são recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho.

As transformações societárias no Brasil fizeram com que a profissão se desdobrasse em relação às condições de exercer o seu trabalho, ocorrendo uma série de mudanças como aceleração na rotina de trabalho, novas tecnologias,

alterações nas especificidades políticas, entre outras, por isso, podemos ressaltar a importância do trabalho dos assistentes sociais em qualificar suas diretrizes da formação dos profissionais dessa área.

Netto (2012) considera que as transformações societárias em curso se configuram como uma série de vitórias do grande capital. Do ponto de vista político, para o autor, as medidas de ajustes dentro do circuito das três esferas de flexibilização, desregulamentação e privatização são legitimadas formalmente na sociedade nos mecanismos eleitorais. As mudanças no campo ideocultural, fomentadas pelo movimento pós-moderno, contribuíram para a expansão do conservadorismo, enquanto a proposta socialista revolucionária foi deixada de lado. (PAULO NETTO, 2012).

Yolanda Guerra chama atenção para o fato de que esse processo tem raízes na forma como a profissão foi inserida na divisão do trabalho. “O assistente social é visto como aquele profissional que ‘faz’, derivando daí várias implicações. Nessa perspectiva, a profissão é vista como técnica ou tecnologia social colocada para a administração da pobreza e, supostamente, para mediatizar e/ou controlar os ‘conflitos sociais’” (GUERRA, 2016, p. 91).

Nesse sentido, os pensamentos desses autores contribuem para uma reflexão e compreensão crítica das demandas sociais, além das novas possibilidades de exercício profissional, usando os recursos existentes e se norteando pelo Projeto Ético Político, sempre no comprometimento de defender os direitos da sociedade, no posicionamento político diante às restrições em diversos campos que impedem o efetivo exercício da cidadania. Esse posicionamento reforça uma postura de resistência e de enfrentamento para refletir e pensar em ações que convergem para outras direções, para uma esfera mais promissora a fim de se apropriar das possibilidades de emancipação humana.

2.2. A política de Assistência Social no Brasil e o caminho da universalização dos direitos

As relações sociais no modo de produção capitalista⁴ são definidas pela concentração de riqueza nas mãos de poucos, isso reforça a desigualdade social, além de haver uma exploração da classe trabalhadora e alienação dela, que não detém os meios de produção, formando essa divisão de classes. A burguesia então desenvolve métodos para que a demanda do proletariado seja atendida, a fim de amenizar os conflitos e indagações, como a caridade, o assistencialismo desenvolvido inicialmente pela igreja, que na verdade, seria uma manutenção do capitalismo, e essas ações eram pouco efetivas, somente com a finalidade superficial de amenizar os problemas derivados da pobreza. Ou seja, a gênese da assistência social e sua origem histórica se baseiam na filantropia, no assistencialismo e na caridade religiosa.

No que se refere à política social, ela é uma ação do Estado para o atendimento às necessidades sociais e das demandas da classe trabalhadora de modo geral. Na contemporaneidade é necessário relacioná-la ao contexto neoliberal, já que é preciso entender como a política social é concebida no capitalismo de ideário neoliberal. A política social não assume um caráter redistributivo, mas sim, um caráter compensatório das desigualdades sociais e econômicas originadas do modo de produção desigual. O neoliberalismo pode ser compreendido como uma pretensão de restabelecer os níveis intensivos de lucratividade em virtude de crises, que permita ter condições para o desenvolvimento econômico. Desde a adesão dessa filosofia, houve um apelo pela solidariedade e voluntarismo, sendo negada a necessidade de intervenção do estado para a garantia dos direitos sociais via política social. No projeto neoliberal, a política social fica em segundo plano, sendo submetida à lógica das políticas econômicas e acabam resumindo-se a ações paliativas.

As políticas sociais se constituem em espaço para a consolidação da profissão e o assistente social se insere no mercado de trabalho, enquanto

⁴ É a maneira que está organizado um sistema produtivo que tem como objetivo principal a obtenção de lucro. Tem como principal característica a produção da Mais-Valia, que é a diferença entre o valor pago ao trabalhador e o valor real do trabalho (MARX, 1984, p. 193-198)

trabalhador assalariado, com a função de executar políticas sociais voltadas ao atendimento das expressões da questão social, majoritariamente propostas pelo Estado. O assistente social aparecerá como uma categoria de assalariados – quadros médios cuja principal instância mandatária será, direta ou indiretamente, o Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 309).

A materialização do exercício profissional ocorreu com base nas diversas políticas sociais, que durante a história da profissão, se tornou uma ferramenta de trabalho no cotidiano, gerando conhecimento para construir um arcabouço teórico-metodológico, ou seja, a relação com a política social e o serviço social é importante para fundamentação e desenvolvimento da profissão.

A efetivação dos direitos sociais no Brasil, conquistados pela classe trabalhadora, se complica no contexto neoliberal, e é somente com a Constituição Federal de 1988⁵ que esses direitos se tornam universais, sendo ela, o instituto normativo mais importante, por isso, é de suma relevância a reflexão não só pelo avanço no que se refere aos direitos fundamentais, mas também os direitos coletivos. A promulgação da Constituição de 1988 teve grande participação popular, além de dispositivos legais, traduzindo as inquietações da sociedade brasileira, o que gerou conquistas democráticas e avanços no que diz respeito às leis e políticas públicas. Por fim, é considerada totalmente democrática e liberal na garantia de direitos aos cidadãos. Em seu artigo 6º, elenca como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados; e traz, pela primeira vez, no artigo 194, um conceito de seguridade social, que “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 1988).

Para o autor T. H. Marshall (1967), em seu livro “Cidadania, classe social e status”, obra essa baseada na constituição dos direitos cidadãos na Inglaterra, pois

⁵ Promulgado dia 05 de Outubro de 1988 no governo de José Sarney, também conhecida como Constituição Cidadã, é o texto base que determina direitos e deveres para cidadãos e para o próprio governo, escrita durante o processo de redemocratização do país e rege todo o ordenamento jurídico no Brasil.

no Brasil o fluxo era diferente, cidadania corresponde à conquista de três direitos: o civil, o político e o social. O direito civil diz respeito basicamente à liberdade individual: liberdade de ir e vir, de pensamento, de fé, de imprensa, de fechar contratos legais, igualdade perante a lei e direito à justiça, direito ao próprio corpo e direito à propriedade privada. Deve-se entender o direito político como a possibilidade de participar do exercício do poder político, candidatar-se, votar e ser votado, criar e filiar-se a partidos políticos, participar de movimentos sociais, entre outros. Por último, os direitos sociais dizem respeito ao atendimento das necessidades básicas de um ser humano que garanta o mínimo de bem-estar, e que ele leve a vida de um ser civilizado. Por exemplo, direito à alimentação, à moradia, à educação, à saúde, a um salário digno. (MARSHALL, 1967. p.63).

A cidadania permeia entre os direitos e deveres da população, embora os direitos sociais, civis e políticos sejam definidos no texto constitucional, não se garante a plena efetivação dos mesmos sem a luta e a organização nos espaços, além de reivindicações, a fim de os direitos serem respeitados perante sua exigibilidade jurídica. Pode considerar a cidadania como direito a ter o mínimo de recursos para garantir a dignidade do indivíduo, sendo um erro acreditar que os direitos devem se restringir apenas à alimentação e um lugar para morar, por exemplo, pois esse pensamento anula o fato de que as pessoas necessitam também de cultura, lazer, esporte, sendo necessidades reais inerentes à pessoa humana vivendo em sociedade.

A LBA (Legião brasileira de assistência), criada em 1942 no governo de Getúlio Vargas, foi a primeira instituição que demarcou ações de assistência social no Brasil, porém ainda na perspectiva de caridade e benevolência, não sendo na perspectiva de um direito. Um marco legal que é pertinente citar, é a Constituição Federal de 1988, que marca as transformações da assistência social no Brasil, que passa a ser inserida na seguridade social, juntos com as políticas de previdência e assistência:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único - Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e

serviços às populações urbanas e rurais; III -seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV -irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados (BRASIL, 1998).

A Constituição de 1988 foi um grande marco no que se refere aos direitos sociais, e a partir dela o Estado começou a assumir o papel de “proteção social” como forma de lei. De 1988 até a aprovação da primeira legislação da assistência social, foram cinco anos de espera. Somente em 1993, no Governo de Itamar Franco (1993-1994), a Lei 8.742, conhecida como LOAS (Lei orgânica de Assistência Social) foi aprovada.

Em segundo lugar, o governo Itamar Franco divergiu do antecessor ao estimular a formulação e a execução de políticas de combate às consequências da grande desigualdade social vigente. No período Collor, a busca da estabilidade monetária e as tentativas de realizar reformas liberais marginalizaram completamente o social da agenda governamental; mais do que isso, aquele governo confrontou os atores coletivos que demandavam direitos sociais e maior participação na renda e nas decisões. Itamar Franco, ao contrário, recusava a definição estreita de modernidade adotada no governo Collor; para ele a afirmação do Brasil como nação dependia justamente do enfrentamento da questão social, da elevação do padrão de vida da população pobre (BRASIL, 1993).

Itamar Franco assumiu a presidência após a renúncia de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e por isso seu governo fez parte de uma transição política, dando sequência a um projeto para organizar as finanças públicas iniciado no governo de Collor, além de começar tornar efetiva a dimensão social iniciada em 1988. A política de assistência à saúde foi a primeira a ser regulamentada. Em 1991 foi aprovada a lei 8212 e 8213, da Previdência Social.

No caso da assistência social, o projeto de lei foi votado no Congresso Nacional e enviado para sanção do então Presidente Fernando Collor, entretanto, ele vetou o projeto nessa época. Posterior a esse momento, houve o Impeachment de Collor⁶, até que foi novamente em votação no congresso, no governo de seu sucessor Itamar Franco, onde foi sancionada. Uma vez a lei aprovada, em teoria, seria feita a sua execução, entretanto isso não aconteceu. O presidente seguinte,

⁶ Ocorreu em 1992, em função de denúncias de corrupção e fraudes financeiras ligadas diretamente a ele, além da insatisfação popular diante as medidas adotadas para enfrentamento da crise que estava acontecendo no país, resultando no afastamento definitivo de Fernando Collor de Mello do cargo de presidente do Brasil.

Fernando Henrique Cardoso, em seus dois mandatos de 1995 a 2003, não colocou em prática todas as normas da LOAS, somente executou o BPC (Benefício de Prestação Continuada), sendo muito criticado pela ausência do estado em ações de política de assistência social da época. Adiante, Luis Inácio Lula da Silva assume o poder, em 2003, configurando-se como um governo que uma série de leis e normativas foram aprovadas, estruturando a política de assistência social e reorganizando a esfera estatal.

Em 2003 foi realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social, em Brasília, Distrito Federal, com o objetivo de materializar a política descrita na LOAS e nela foi deliberada a criação de um sistema único, similar ao da saúde, para assistência social, hoje conhecido como SUAS. Anterior a ele, seria necessário a criação de uma política nacional, e em 2004 foi aprovada a Política Nacional da Assistência Social (PNAS). Em 2005 foi aprovado o documento que criou o SUAS, a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), responsável pela estrutura de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, entre outras normas específicas. Em 2009, ocorreu a aprovação de outra normativa, a NOB/RH (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos), essa que determinou que os servidores e trabalhadores do SUAS deveriam ser concursados, entre outras normativas.

Atualmente, essas normativas vêm sofrendo por conta de uma série de questões, próprias da conjuntura e do momento político em que estamos vivendo. No entanto, uma das questões que podemos citar, trata-se do fato dos municípios não realizar concursos públicos, optando por diversas outras formas de contratação, por vezes não chegando a contratar uma equipe mínima de referência para atuar nos equipamentos, o que atrapalha não só os trabalhadores, mas a população em geral de usuários que demandam os serviços municipais. Em 2009, é aprovada a Tipificação sócio-assistencial dos serviços dentro dos SUAS, o que também foi um grande avanço, para haver uma igualdade de serviços oferecidos em todo o Brasil, a tipificação universaliza e padroniza todos esses serviços. Já no Governo da Presidente (a) Dilma Rousseff (2011-2016), houve uma atualização e reorganização da NOB/SUAS, basicamente na gestão e financiamento do SUAS.

Quando se pensa no contexto geral do serviço social, devemos ressaltar alguns aspectos que baseiam a sua ideologia, e um desses aspectos é a profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, isso significa que o assistente social desenvolve atividades diretamente com o usuário, que procura as instituições e os espaços de trabalho, este que surgiu por conta das necessidades do modo de produção capitalista. Nesse contexto, quando o assistente social vende sua força de trabalho, é sua obrigação atender às necessidades da instituição que está trabalhando, o que define ser um profissional assalariado.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO, 1983, p.77).

O serviço social se configura em meio às relações entre Estado e sociedade civil, e essa relação é resultado do processo de produção e reprodução da vida social, que impõe limites ao exercício da profissão, o que limita o trabalho a responder às demandas capitalistas. Trata-se de uma questão complexa, pois os interesses do Estado ficam claros e na maioria das vezes, contraditórios aos dos profissionais, e não só eles são prejudicados diante desse fato, os usuários também sofrem pela precarização do trabalho. O profissional apesar de ser liberal, não aproveita da sua plena autonomia no seu cotidiano das atividades profissionais.

Nem sempre o curso de serviço social teve sua visão crítica, apesar de sempre se inspirar em um projeto, se pautar por uma direção e perspectiva social, em um primeiro momento, teve uma ideologia muito conservadora. O primeiro projeto da profissão era conservador, alinhado com a Igreja Católica, anti-moderna.

Os assistentes sociais, depois das protoformas, seguiram os referenciais condicionados às instituições confessionais, que conformaram – entre as décadas de 1930 e 1940 – a sua formação profissional no Brasil, seguindo uma plataforma antimoderna e anticapitalista, muitos profissionais, juntamente com os leigos das agremiações e instituições da Igreja Católica. A resposta à modernidade dada pelos

primeiros assistentes sociais conformou-se em um conservadorismo romântico anticapitalista, sob o teto referenciado pelo neotomismo. Porém, mesmo de maneira sincrética, havia um contingente de profissionais do serviço social que embebia dos mesmos referenciais modernos que balizavam a ação profissional sob os moldes positivista e funcionalista (IAMAMOTO, 1998).

No pensamento de romper com esse conservadorismo, a profissão começou a tratar a política social como meio de acesso aos direitos sociais e à democracia, e não só como uma demanda da população carente e refém do capitalismo. Nesse sentido, vale salientar que o trabalho vai além da execução das políticas, e sim, uma avaliação realista das contradições do capitalismo, da questão social e suas expressões, que são a matéria prima que o profissional trabalha. A política social têm caráter universal, porém são pensadas em respostas às consequências indignas vividas apenas pela população mais pobre, sendo essa população o foco da política, e que busca sempre a inclusão social, a fim de amenizar as desigualdades sociais, além da participação que fica às margens da sociedade, isso se torna um compromisso ético com a classe trabalhadora.

Segundo Paulo Netto (2009), através das políticas sociais, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da questão social de forma a atender as demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consensos variáveis, mas operantes. Buscar um posicionamento ético e político que discorde da alienação capitalista é um desafio atual para a profissão, promovendo uma alternativa no campo do trabalho que rompa com a subordinação, motivando as forças sociais e a união da classe trabalhadora.

As diretrizes curriculares do curso de Serviço Social são definidas historicamente por um perfil profissional que assegura um padrão a ser seguido na formação do assistente social, com capacitação teórico-metodológica,⁷ ético-política

⁷ Existem três dimensões que são de grande importância para o exercício profissional do Assistente Social, sendo elas a dimensão técnico operativa, a dimensão teórico-metodológica e a ético-política. Na competência técnico operativa, segundo Yolanda Guerra (2012) é que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um ethos profissional se apropriando das suas habilidades e técnicas. A dimensão teórico-metodológica da capacidade para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do

e técnico-operativa, a fim de se ter uma maior apreensão teórico-crítica do processo visto na sua totalidade. As diretrizes reconhecem a profissão como sendo uma especialização do trabalho na sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Durante a construção histórica, existiram algumas diretrizes curriculares, e o marco inicial do projeto de profissão da formação profissional é o currículo de 1982, conhecido como currículo mínimo. Esses documentos com o passar do tempo vão sendo revisados, e assim surgem os documentos de 1996, 1999 e 2002, as quais expressam alguns avanços como um amadurecimento da compreensão do que de fato significa a profissão, além da tradição teórica que permite a leitura da realidade na perspectiva sócio-histórica, a qual abre portas para a consolidação do projeto ético político da profissão. Segundo o site da ABEPSS:

As atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996) da antiga ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), expressam inúmeros avanços, dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora.(ABEPSS)

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) de 1996 tiveram como marco o Congresso da Virada, que ocorreu no dia 19 de setembro de 1979, em São Paulo, em um contexto de lutas contra a ditadura e em defesa da democracia. Esse momento trouxe uma nova perspectiva para o serviço social, que nessa época já estava caminhando para o fim do conservadorismo, sem a perspectiva de ajuda, e vinculação à Igreja Católica, e segundo o documento da ABESS (1996) que discorre as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, nesse tempo aconteceram oficinas de um grupo de consultores que conduziram um segundo documento chamado de Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate. Tiveram vários órgãos participantes das diretrizes curriculares de 1996, como a diretoria da antiga ABESS, junto ao CFESS, ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de

assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas sendo articulada a uma dimensão investigativa. Por fim, a dimensão ético-política preocupa-se com os valores e com a direção social das mesmas e encontra-se aportada em fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da própria realidade social.

Serviço Social), e a consultoria pedagógica que elaboraram uma proposta nacional de currículo mínimo para o serviço social, na qual foi aprovada em assembleia geral da ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social), em 1966, no Rio de Janeiro. Posteriormente, agora ABEPSS, surgiram novos desafios para a consolidação do currículo mínimo, que sofreu mais algumas alterações.

Defender as Diretrizes Curriculares é também um compromisso de defesa do Projeto Ético Político Profissional, monitorando as entidades de formação do serviço social, assim, todas as instituições de ensino superior, vão se desenhar a partir de projetos pedagógicos próprios, porém, obrigatoriamente obedecendo as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Segundo o Art. 2º da Resolução Nº 15, de 13 de Março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares⁸, o projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de serviço social deverá explicitar: que o projeto pedagógico se liga a toda instituição de ensino superior, e no serviço social, deve deixar explícito o perfil dos formandos, as competências e habilidades gerais e específicas, a organização do curso, os conteúdos curriculares, o formato dos estágios supervisionados, entre outros. As Diretrizes Curriculares também trazem a questão social e o trabalho, reafirmando o mesmo como atividade central, sendo rigoroso quanto a questão social e sua recorrência histórica. O documento traz também uma nova lógica curricular, articulando três núcleos fundamentais: o núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social, o núcleo de fundamento da formação histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamento do trabalho profissional.

Os núcleos são eixos articuladores e estão para além de matérias obrigatórias da matriz curricular. Já as competências e habilidades são tratadas nas diretrizes curriculares de 1999 e 2002, que traz também que a formação profissional deve viabilizar a capacitação teórico-metodológica, ético-política como requisito fundamental para realizar as atividades técnico-operativas. Segundo Iamamoto, em seu artigo “A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro”, é requisito para o exercício das atividades profissionais trazer uma maior análise do

⁸ Disponível: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf. Acesso em: 14 ago. 2021.

movimento histórico compreendendo o significado social da profissão, identificando as demandas da sociedade e utilização dos recursos tecnológicos da informática, o que é muito usado atualmente no exercício profissional. Tanto as diretrizes de 1996, 1999 e 2002, possuem atividades indispensáveis que são integradoras do currículo, que são: o estágio supervisionado obrigatório e o trabalho de conclusão de curso.

No curso de Serviço Social da UFOP, existe o Departamento de Serviço Social (DESSO), que atende as demandas dos alunos e professores de graduação, viabiliza recursos para ensino, pesquisa e extensão, além de dar suporte para as atividades científicas, didáticas e administrativas. Um documento importante a ser mencionado é o Projeto Pedagógico do curso de graduação em Serviço Social na UFOP, que é o documento que organiza o curso e sua construção é realizada em um processo democrático e participativo, elaborado pelo departamento do curso, através de reflexão crítica construtiva, com objetivo de melhorar a qualidade do ensino, além de materializar as diretrizes do curso, orientando a elaboração do currículo, atendendo a requisitos legais nacionais e estaduais.

Partindo da lógica capitalista da realidade que vivemos, onde, assim como em toda a história da humanidade, o trabalho é central na construção do ser social, é relevante considerar as transformações que esse modo de produção traz durante seu processo de acumulação, o que exige do profissional de serviço social, adequar seu trabalho a essas mudanças e possibilidades do agir profissional:

(...) a permanente construção de conteúdo (teórico, ético, político, cultural) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social. Esta lógica curricular agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional.

Ainda sobre o projeto pedagógico do curso de serviço social, a organização do currículo do curso deve lidar com as alterações no âmbito do ensino e aprendizagem, sempre pensando maneiras para a construção de conhecimento, práticas, e assim ter um aproveitamento durante a trajetória acadêmica.

A formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional. A organização curricular deve superar as fragmentações do processo de

ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional.

Por fim, o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFOP, expressa em seu conteúdo um material que se preocupa em utilizar metodologias atuais que refletem no cotidiano da instituição, adequando à realidade nacional e regional, e também às necessidades do mercado de trabalho. E embora concordamos que este projeto esteja fundamentado a partir dos princípios contidos no Código de Ética Profissional de 1993 e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, salientamos que a revisão curricular que atualmente está em curso, é expressamente necessária, uma vez que outras pautas tem se colocando como necessárias na formação, como exemplo das discussões sobre questões de gênero e raciais.

2.3. “Começaria Tudo Outra Vez se Preciso Fosse:⁹” O Projeto Ético Político como fôlego em meio ao caos.

Segundo José Paulo Netto (1999), entre os projetos coletivos estão aqueles relacionados à profissão. Eles supõem uma formação teórica ou técnico-interventiva, em geral de nível acadêmico:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas.”

Os projetos profissionais são impensáveis sem esses pressupostos, são infundados se não os remetemos aos projetos coletivos de maior abrangência: os projetos societários (ou projetos de sociedade). Quer dizer: os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político. (PAULO NETTO, 1999, p. 4)

O projeto profissional é coletivo, relacionado às profissões, a fim de ter um corpo sólido representativo, como exemplo, as entidades CFESS, CRESS e

⁹ Começaria tudo outra vez – Música do compositor, cantor e instrumentista Gonzaguinha, o Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior, iniciou sua carreira entre os anos 1960 e faleceu aos 45 anos em 29 de abril de 1991 de acidente automobilístico. Gonzaguinha era também um dos filhos de Luiz Gonzaga, o Gonzagão. Foi também tema da “reedição” e comemoração pelos 30 anos do Congresso da virada, ocorrido em São Paulo no ano 2009, evento organizado pelo CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.

ABEPSS. Ele depende da existência do projeto societário, este que pode ser um projeto conservador ou transformador, segundo Netto:

Os projetos societários são aqueles que apresentam uma imagem da sociedade que se quer construir, que contam com determinados valores para justificar sua construção e meios para concretizá-la. São projetos coletivos, onde suas propostas são voltadas para o conjunto da sociedade. Porém, há concorrência entre diferentes projetos societários e, na realidade em que vivemos, os projetos societários que atendem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas contam sempre com condições menos favoráveis diante dos projetos das classes possuidoras e dominantes. (PAULO NETTO, 1999, p. 4)

Ambos os projetos estão vinculados às amplas e diversas atividades da sociedade, e sofrem constantes alterações, ou seja, elas são a base que instigam os projetos, pois na sociedade de classes envolvem todos os interesses da sociedade, possuindo assim, um caráter político. O projeto profissional possui uma dimensão política, e no que diz respeito à ética na profissão, vai mais além, pois, há o Projeto Ético- Político do Serviço Social Brasileiro que está vinculado a um projeto de transformação da sociedade.

A vinculação do projeto societário e o projeto profissional se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional propõe. Em síntese, o projeto profissional está vinculado a um projeto societário, e necessita que sua dimensão política e a dimensão ética estejam alinhadas.

A primeira coisa que devemos pensar quando nos referimos a projetos, tanto individuais quanto coletivos em uma sociedade de classes, é o seu caráter político, logo, a discussão sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, segundo Netto (1999) nasce na segunda metade da década de 1990, porém a construção histórica que dá base ao projeto, vem sendo discutida desde a década de 1970: “Este período marca um momento importante no desenvolvimento do serviço social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional” (PAULO NETTO,1999).

A construção do Projeto Ético Político Profissional se dá num momento de reviravolta da profissão, pois estava no contexto de Reconceituação da mesma e já entrando na perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo, e isso propiciou um diálogo muito claro entre o serviço social e o pensamento de Marx, e a

partir desse encontro, nasce o Projeto Ético Político, e os valores defendidos nesse projeto apresentam duas perspectivas: a negação da neutralidade e o avanço da profissão, deixando claro o posicionamento político, quebrando com contextos sempre pautados na neutralidade e definindo uma direção a seguir, sempre em defesa da classe trabalhadora.

Vale lembrar o contexto histórico que antecedeu o surgimento do Projeto Ético-Político, especificamente no momento da ditadura militar, em que o capital configurou a autocracia burguesa deixando consequências graves como a desigualdade social e agravamento das expressões da questão social. Posteriormente, a derrota da ditadura, em meados dos anos 1980, e um negociado processo de transição à democracia, culminaram, em 1988, com a elaboração de uma Constituição que abriu espaços efetivamente democráticos (PAULO NETTO, 2015, p. 234-235).

Na sequência, com os avanços e mudanças sociais, os profissionais iniciam o processo de conciliar a regulamentação da profissão e o Código de Ética, o que resultou em avanços na profissão ao se observar e trabalhar com novas realidades, novos processos sociais, tornando-se um debate nacional, e o que foi deliberado nessa onda de pensamentos transformadores, representado por uma comissão de nível nacional, segundo Paulo Netto (2015) resultou no Código de Ética, (Resolução/CFESS nº 273/93, 13 de março de 1993) e a promulgação da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93, de 7 de junho de 1993). Completando esse ciclo de redimensionamento profissional, em 1996 ABEPSS formulou as Diretrizes Curriculares para o curso de serviço social.

A programática que é a substância do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro resulta da articulação que vincula esses três níveis da constituição profissional: a legislação que regula o exercício da profissão, o seu código de ética e os parâmetros da formação acadêmica. Nestes três pilares assenta o projeto ético-político profissional. (PAULO NETTO, 2015, p. 236)

O serviço social trabalha com a produção de conhecimento e recebe uma particularidade por intervir na realidade dos usuários, a partir disso, entendemos que a criação do Projeto Ético Político possui condições a serem avaliadas por ser composto por vários mecanismos, como, por exemplo, a interpretação e intervenção ao lidar com as novas demandas sociais, a direção sociopolítica e o pensamento de

romper com o pensamento conservador e das questões latentes na sociedade capitalista, além de considerar a centralidade da dimensão ética no projeto da profissão. O projeto também contribui para consolidar nosso perfil profissional que resiste contra toda a tentativa de retirada de direitos, principalmente no cenário regressista atual.

Qualquer que seja o debate do Projeto Ético-Político - crise ou não crise, viabilidade prática ou ideologia -, o fato é que a sua construção contribuiu decisivamente para a consolidação de ideologias e do ideário profissional do Serviço Social, marcados por princípios, valores e referenciais teórico-metodológicos que abraçam a teoria marxiana, a superação da ordem capitalista, o humanismo, o internacionalismo das lutas sociais e a radicalidade democrática, os quais fundamentam, articulam e atravessam a relação entre a realidade e a profissão. (MOTA, 2017, p. 49.)

Para que o Projeto seja efetivado, devemos sempre levar o tema para as discussões da categoria, fortalecer todos os aspectos que o compõem, pois ele está em constante construção e este seria um momento favorável a essa afirmação do projeto, visto que o governo tem uma tendência a enfraquecer as lutas sociais, indo em consonância com o pensamento do capital. Compreender o conteúdo do projeto e seus objetivos, contribui para fortalecimento do serviço social e gera embasamento crítico perante projetos divergentes do cotidiano de luta.

A defesa do acesso e permanência de estudantes no ensino superior, exprime a relação com os princípios do projeto ético político do serviço social, o que demanda a ratificação e materialização do mesmo. O ensino inserido no contexto capitalista, reflete as contradições inerentes a esse modo de produção desigual, por isso a importância de buscar a democratização do acesso à educação e a permanência da classe trabalhadora no ensino superior, pois, embora seja um direito previsto na Constituição, a realidade de desigualdades sociais brasileira não possibilita a plena efetivação desse direito. Nessa perspectiva, é pensada a Assistência Estudantil, que irei aprofundar ao decorrer desta pesquisa, e que, segundo Barreto (2003):

É uma política setorial não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto de iniciativas públicas e da sociedade na provisão às necessidades básicas, não podendo submeter-se à lógica do mercado. Ela passa de um direito moral, espontâneo, esporádico, para um dever legal materializado como política pública de garantia de direitos e serviços sociais com o efetivo comprometimento do Estado com o bem-estar dos cidadãos. (BARRETO, 2003, p. 51-52).

Tal política não é contributiva sendo o Estado responsável por prover as necessidades básicas da sociedade, e cabe a ela o posicionamento de luta para obtenção da efetivação de seus direitos.

3. ACESSO, PERMANÊNCIA E RESISTÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

A educação no ensino superior é, principalmente na nossa sociedade, a forma mais importante de garantir a mobilidade social, a qual melhora sua qualidade de vida, com isso, o acesso à educação reduz as desigualdades sociais, culturais, econômicas e diminui as distâncias entre as classes, diante disso, podemos afirmar que garantir o direito à educação é garantir o direito à parte da riqueza socialmente produzida. No presente capítulo, irei contextualizar o surgimento da política de Assistência Estudantil no Brasil, sua importância no cenário político atual, o papel das ações afirmativas diante uma sociedade desigual, citarei importantes entidades representativas, além de discorrer sobre o protagonismo dos movimentos estudantis, estes que foram essenciais para as conquistas referente ao surgimento da política em si, bem como aos recursos conquistados e os que ainda necessitam ser tomados.

A análise histórica da trajetória da política de assistência estudantil, como um direito e como política pública em um contexto social e educacional, é necessária para a elaboração de melhorias nas perspectivas de assistência estudantil no ensino superior. Essa política é importante porque lida com o acesso, permanência e conclusão da graduação dos estudantes de baixa condição socioeconômica e estudantes da rede pública de educação, contribuindo para melhoria no desempenho acadêmico, além de reduzir o número de evasões e trancamento de matrículas nos cursos.

A lógica da educação, sobretudo no Brasil, é historicamente elitista, as pessoas que tinham acesso aos estudos, ainda no regime escravocrata, eram extremamente ricas, buscavam estudar fora do país, fazendo com que a educação se desenvolvesse com muitas limitações e criando um sistema de classes, em razão disso, existiu a necessidade de uma política pública indutora da democratização de vagas e oportunidades, quebrando a lógica do elitismo da educação superior, e isso acontece através de investimentos na redução das desigualdades e na criação de condições para que classes subalternas tenham acesso à oportunidade de acessar o ensino superior, permanecer e se graduar, pois, segundo Felicetti e Morosini

(2009, p. 11), “questões como sexo, raça, condições socioeconômicas, idade ou deficiências não podem ser fatores que venham a se tornar obstáculos para o acesso, para a participação, ou para os resultados obtidos no ensino superior”.

Fazendo-se valer os aspectos do direito fundamental ao acesso à educação pública, a assistência estudantil é resultado de lutas e movimentos sociais, sobretudo do movimento estudantil, em um processo histórico e político pela defesa da concretização desse direito, e esse processo de construção da política foi marcado por disputas políticas no contexto do fim da Ditadura Militar de 1964 e a promulgação da Constituição de 1988. Em meio aos abusos de poder dessa época, surgiu o FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) e a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), que foram frentes políticas fundamentais na busca de direitos sociais, e com a finalidade de combater as desigualdades sociais que prejudicava os estudantes de baixa renda.

Ao longo de toda a criação e desenvolvimento político, econômico e social das universidades no Brasil, através de alguns segmentos sociais, da base estudantil, os docentes e representantes do sistema educacional travaram várias lutas e embates para a conquista da educação com qualidade e melhoria do ensino público. Uma delas foi assegurar a assistência estudantil, significando um avanço no acesso à universidade (BARBOSA, 2009, p. 62).

O FONAPRACE, criado em 1987, com a incumbência de discutir, elaborar e propor ao MEC (Ministério da Educação) a política de promoção e apoio aos estudantes, em 2012, definiu que:

A assistência estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação das ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos de graduação dos estudantes das instituições federais de ensino superior. Isso se dá na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção do conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (FONAPRACE, 2012, p. 63).

O FONAPRACE tem uma relevante importância histórica, é um órgão assessor da ANDIFES, que também é muito importante para pensarmos na educação superior no Brasil, sendo uma entidade que tem uma forte interlocução com o MEC, que representa os dirigentes das instituições, e o FONAPRACE reúne

os pró-reitores para fazerem essa interlocução com a ANDIFES e assessorá-la nos assuntos que diz respeito à assistência estudantil.

A promulgação da Constituição de 1988, teve sua relevância no que se refere a educação no Brasil, e depois de muita pressão popular, definiu no art. 205 que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O ensino, no art. 206, será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - Valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - Garantia de padrão de qualidade.

O PNAES é um decreto, e é também a regulamentação de dois princípios e dos artigos previstos na Constituição Brasileira, ou seja, torna-se um direito obrigatório colocado na conta do Estado. Segundo seu artigo 2º, tem os objetivos de: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e de evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (art. 2)”. Deve-se pensar que a assistência estudantil, por ainda ser um decreto, cabe a nós lutarmos para que se transforme em uma lei federal, para o bem do acesso e a democratização da educação.

Segundo a última pesquisa nacional do perfil dos estudantes das instituições federais de ensino superior no Brasil, que mede o perfil socioeconômico e cultural

dos estudantes, e é realizada a cada 3 anos pelo FONAPRACE (2018, p. 48), em 2018 já revelava que 53.5% dos estudantes tinham uma renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo, e 70,2% de até um salário mínimo e meio, ou seja, na média, o Brasil tem mais de 70% dos estudantes que têm o perfil da Política Nacional de Assistência Estudantil, ou seja, dependem dessas ações do decreto do PNAES. A realidade das instituições reflete a realidade brasileira. E diante o cenário mais recente, com o surgimento da pandemia do COVID-19 e o notável descompromisso do governo com a educação, é muito provável a piora desses números na próxima pesquisa, em 2021.

Garantir o acesso à educação, não é apenas garantir a vaga de ingresso, e sim ter condições de permanecer e concluir os anos de estudos na universidade, obtendo uma formação e garantindo sua mobilidade social, tendo melhora nas condições de empregabilidade e renda, e segundo Felicetti e Morosini (2009) “para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições”.

A importância da assistência estudantil é inegável no que se refere a disponibilizar condições de adquirir uma formação universitária de nível superior para aqueles que são historicamente prejudicados por esse sistema excludente, seja pelo racismo, seja por ter estudado em escola pública, seja pela condição financeira ou física, qualquer condição de injustiça social. O cenário atual é de interrupção drástica da continuidade da assistência estudantil, pois os recursos do PNAES vêm diminuindo e sofrendo uma gradativa redução, o impacto foi sentido com mais intensidade no ano de 2021, onde a redução chegou a 20%. Visto isso, estudantes e a sociedade em geral deve atuar junto às instâncias que estão à frente dessa luta, no sentido de defender o direito de acesso, permanência e conclusão do ensino superior.

A expansão da assistência estudantil no Brasil se deu em um contexto de reforma da educação superior, a chegada do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) marca sua

institucionalização, e junto com o PNAES, vimos a educação superior ser acessível para os filhos dos trabalhadores, pelo fato de esse público necessitar de programas que dão suporte à sua permanência na universidade. O REUNI, criado em 2007, teve como princípio o ensino gratuito e de qualidade, além de da garantia de acesso e permanência dos estudantes, democratizando o ensino superior.

O movimento dos estudantes na busca por melhores condições de acesso e permanência nas universidades ganha seu destaque, pois, seja essa organização legitimada através de instituições ou partidos políticos, ou apenas manifestações espontâneas, esse movimento já obteve conquistas consideráveis na história do Brasil, passando pela ditadura militar e pelo momento de redemocratização do país. Alguns dos direitos já conquistados, correm grande risco de serem perdidos, por conta do descaso do governo perante à educação, e por isso a importância de resistir e lutar não só pelo que já foi conquistado, mas pelo que ainda falta

Não somente na atual conjuntura, mas em grande parte do período republicano do Brasil, o movimento estudantil tem seu papel fundamental que sempre lutou a favor da classe trabalhadora, se tornando um símbolo de resistência. Em sua gênese, segundo o site da UNE (União Nacional dos Estudantes):

O movimento estudantil tem seus primórdios em 1901, quando é criada a Federação dos Estudantes Brasileiros, entidade pioneira que teve pouco tempo de atuação. Já em 1910 é realizado o I Congresso Nacional de Estudantes, em São Paulo. O rápido aumento do número de escolas, nas primeiras décadas do século, acompanhou também a rápida organização coletiva dos jovens, que desde o início de sua atuação estiveram envolvidos com as principais questões do país. (UNE)

Anos depois, surgiram organizações como a União da Juventude Comunista, e as divergências de opiniões fizeram com que a necessidade de unificar o movimento em um só, surgisse, a fim de legitimar e dar mais força para que o objetivo central de melhorar as condições no âmbito acadêmico fosse cumprido. Ainda segundo o site da UNE:

No dia 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, o então Conselho Nacional de Estudantes conseguiu consolidar o grande projeto, já almejado anteriormente algumas vezes, de criar a entidade máxima dos estudantes. Reunidos durante o encontro, os jovens a batizam como União Nacional dos Estudantes (UNE). Desde então, a UNE começou a se organizar em congressos anuais e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade. O primeiro presidente oficial da entidade foi o gaúcho Valdir Borges, eleito em 1939. (UNE)

Por muito tempo a UNE foi protagonista nesse segmento estudantil, até hoje, ainda é uma das mais conhecidas, porém, outras organizações com tamanha importância surgiram, como por exemplo, o movimento da Secretaria Nacional de Casas de Estudante (SENCE), que mantém articulação com o FONAPRACE dando sua contribuição no que se refere a assistência estudantil, com foco nas moradias estudantis. Também podemos citar o Fórum de Estudantes de Origem Popular (FEOP), que, segundo o site¹⁰, “é um espaço político de proposições e formulações dos estudantes de origem popular, no que tange às questões que envolvem ingresso e permanência com qualidade na universidade.” Esse movimento defende, sobretudo, as políticas de ações afirmativas.

No que tange às ações dos movimentos estudantis na atualidade, podemos citar as manifestações de 2019, que ficaram conhecidos como Tsunami da Educação, no período de maio a outubro, e ocorreu em razão dos cortes de verbas destinados à educação pelo governo de Jair Bolsonaro, além do negacionismo da importância da pesquisa e da ciência, significando um desmonte da educação, o que causou grande insatisfação popular.

O movimento estudantil, apesar de possuir várias vertentes e pensamentos, têm em comum a luta em busca da plena efetivação do direito à educação e à vida estudantil, buscando por mudanças na realidade social dos estudantes, para ampliar e defender os direitos dessa população, além de defender também aspectos políticos e econômicos do país.

3.1. “É na Luta que a gente se encontra¹¹”: E por princípio, a defesa intransigente dos direitos humanos

A luta de classes desde os primórdios está presente nos sistemas societários. Nela perpetuam projetos de classes diferentes, de um lado, a classe trabalhadora que tem em sua força de trabalho o bem mais valioso. De outro lado, está a burguesia, que além de expropriar a força de trabalho dos indivíduos, detém os

¹⁰ Disponível em: <http://feop.blogspot.com/>. Acesso em: 09 ago. 2021.

¹¹ Frase extraída do samba enredo “história pra ninar gente grande” Composição: Danilo Firmino / Deivid Domênico / Mamá / Márcio Bola / Ronie Oliveira / Tomaz Miranda.

meios de produção, que são os instrumentos do processo de produção, tão necessários para a manutenção da vida dos indivíduos, em diversas esferas. É nisto, entre outras coisas, que reside a crueldade capitalista, pois, os meios de produção tornam-se bens privados, concentrados nas mãos de poucos, em detrimento da exploração da maior parte da sociedade.

A sociedade é dividida em classes, estas são definidas pela posição que os indivíduos ocupam no processo de produção e distribuição de bens. Essas classes são definidas pelas desigualdades sociais, e as distinções das classes causam contradições e divergências, o que leva ao que chamamos de luta de classes. Para entender todo o processo do antagonismo das classes no Brasil, é necessário discorrer sobre a estrutura do capitalismo, pois, todas as ações desse modo de produção recaem sobre a classe trabalhadora.

Para Marx (1867), a sociedade sempre foi dividida em dois grupos, dominantes e dominados, e não seria diferente no modo de produção capitalista, que divide as classes entre burguesia (dominantes) e proletários (dominados), e essa divisão acontece através da propriedade privada dos meios de produção, ou seja, a posse privada do que garante a vida material da sociedade em determinado contexto. Para o proletariado, a única coisa que lhe pertence é a própria força de trabalho, condição que pode ser percebida em toda a história da humanidade. Marx percebe que é um sistema injusto, pois tudo que é produzido pelo proletariado, apenas uma parte retorna como forma de salário, produz muito mais do que recebe. Ou seja, a relação de trabalho no capitalismo funciona num sistema de exploração diferente dos modos de produção anteriores, sendo este, o trabalho é remunerado parcialmente pelo produto do seu trabalho é a mais valia (o lucro) que permite os donos dos meios de produção, obter mais lucros e sua acumulação.

A Mais-Valia está condicionada aos indivíduos e a condição deles no processo de obtenção de lucro, nessa esfera, o trabalho, segundo Marx (1867), possui três elementos: a força de trabalho, o objeto de trabalho e os meios de produção. A força de trabalho é vendida à burguesia, consiste em transformar algo sem valor em algo com valor, por exemplo, matéria prima, em um objeto útil. O segundo é o objeto de fato, é o que o trabalhador vai transformar ao longo do

processo de trabalho. E o terceiro, os meios de produção, que estão nas mãos dos burgueses, que detém tanto o local em que a fábrica, por exemplo, está localizada, quanto as máquinas para transformar a matéria-prima, entre outros instrumentos. Segundo Marx (1867), “(...) o segredo do auto expansão ou valorização do capital se reduz ao seu poder de dispor uma quantidade determinada de trabalho alheio não pago.”

Há ainda, em Marx, a perspectiva da emancipação humana, que foi pensada para superar a lógica do modo de produção capitalista, que poderia ser realizada na luta dos trabalhadores pelas conquistas de direitos, segundo ele, é necessária a superação da sociedade burguesa e a superação da alienação política, porque esses elementos condicionam a não emancipação humana:

Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forças propias” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma de força política (MARX, 2010a, p. 54).

No processo de emancipação humana, é necessário que a massa se organize numa manifestação contra o Estado, desenvolvendo sua consciência política entendendo a necessidade do fim da burguesia para uma realidade mais igualitária, além de alcançar uma condição socioeconômica que possibilite o desenvolvimento pleno da humanidade.

A transformação real terá de se dar nas ruas, pela organização, mobilização e luta do proletariado e demais explorados, por meio da ação direta das massas (manifestações, ocupações, greves, piquetes, assembleias) a partir de um programa e de reivindicações que articulem as necessidades mais elementares e imediatas do conjunto dos oprimidos com a estratégia da revolução socialista. Ou seja, terá de dar por intermédio da luta de classes. (SIQUEIRA; PEREIRA, 2014, p.10).

A classe hegemônica está diretamente ligada ao acesso sobre a educação que é fornecida no país, tudo está vinculado aos seus interesses de manter uma ideologia de dominação através da exploração da força de trabalho que, por sua vez, gera lucro, viabilizando assim, o seu principal objetivo que é a manutenção da ordem societária capitalista.

O momento atual da conjuntura brasileira é um momento de reflexão, de luta e resistência. Além da crença negacionista do governo, tanto em relação à ciência, pesquisa, à pandemia do covid-19, há ainda um processo de apagão de dados, de censura, uma negação aos direitos sociais presentes na Constituição Federal. Diante disso, é importante resgatar a continuidade histórica dos povos, para reafirmar que é possível repensar as estratégias de enfrentamento às ações do Estado, através da organização da sociedade na sua tomada de consciência, resistindo e lutando, sendo fundamental a classe trabalhadora se unir pelos seus objetivos, percebendo sua função nas relações de trabalho.

3.2. Focalização ou direito? As ações afirmativas na arena das disputas políticas

A história de luta pelas políticas de ações afirmativas no Brasil foi conduzida pelo Movimento Negro Brasileiro que publicizou a problemática da ausência de negros na educação superior. Esse movimento além de demonstrar sua resistência quanto suas ideologias, propôs novos paradigmas, como a necessidade de reparação dos danos causados pelo período de escravidão, o que resultou na continuidade do racismo ao longo dos anos, perpetuando até hoje. Segundo o documento *Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro*:

Esse quadro veio sendo construído a partir dos anos de 1990, através da difusão, em escala nacional, dos pré-vestibulares populares. Esse processo teve como ator central o movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), criado em 1993, em São João de Meriti, que chegou a contar, no final daquela década, com mais de 80 núcleos espalhados por toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O PVNC não somente denunciou a elitização econômica e racial da universidade brasileira, como também difundiu um formato institucional de movimento (baseado no trabalho voluntário, na autogestão e na ausência de compromissos financeiros) com alto poder de replicabilidade, e uma forma de ação social baseada no cruzamento de agendas de discussão que permitiu uma capilarização social do discurso anti-racismo (que desmascara o mito da democracia racial na sociedade brasileira), até então circunscrito aos movimentos negros e setores restritos da academia. (GOMES, 2006, p. 21).

O que resultou na efetivação de políticas para reserva de vagas para negros foi a junção do debate sobre o ingresso de estudantes na universidade junto ao debate racial que se alastrou e ganhou força. A luta é pela reivindicação da igualdade de acesso na universidade, que tem sua importância não só para a população negra, mas para o destino de todo o país, sendo a população

afrodescendente maioria no Brasil, portanto, as ações contemplam a maioria dos brasileiros, apesar de serem a minoria em questão de poder político, pois, a forma com que o racismo estruturou a sociedade colocou todo esse contingente à margem, dificultando o desenvolvimento de talentos e habilidades por conta da ausência de oportunidades.

Essa pauta, fez com que as ações afirmativas tivessem sentido na sociedade brasileira, porém, as ações a serem conquistadas não se resume à consolidação dessa política, havendo a necessidade da revisão da mesma, e a reafirmação da importância de levar em debates não só o tema sobre racismo, mas como o feminismo e a diversidade.

As políticas de ações afirmativas vêm trazendo um grande impacto à realidade educacional brasileira, haja vista que, a elitização sempre acompanhou o ensino superior no Brasil. A política de cotas é uma das alternativas eficientes para corrigir essa distorção excludente de uma sociabilidade preconceituosa e classista. Seguindo essa lógica, entende-se que:

(...) as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2001, p. 40).

As ações afirmativas têm a igualdade como princípio norteador e é indispensável para a organização e manutenção da democracia, sendo medidas especiais e temporárias, tanto organizadas pelo Estado, quanto pela iniciativa privada. Tem como grande objetivo eliminar as desigualdades históricas, cenários que são vistos no século XXI, porém, desiguais, carregados até aqui historicamente, como por exemplo, desigualdades relacionadas a etnia, a religião e gênero, sendo exemplos de ação afirmativa, o sistema de cotas, o SUS e o ENEM. Além disso, as ações promovem a eliminação de barreiras artificiais, produzida pela própria humanidade, no sentido de não ser justa qualquer discriminação, por exemplo, de um ser humano escravizar o outro, porém já foi moralmente aceito, e são barreiras subliminares, pois dentro do capitalismo, as desigualdades sempre existiram e

receberam um tratamento normalizado, em que o Estado supostamente não conseguiria intervir.

As ações buscam trazer essa visibilidade do problema, na emergência da realidade contemporânea, para que seja entendida e se torne responsabilidade de cada indivíduo, Estado e sociedade operando em conjunto, pois, o preconceito gera violência, fome e desigualdades sociais. Dentre as melhorias na aplicação das ações afirmativas, podemos citar, ampliação do acesso ao mercado de trabalho, à educação que promove o fim da desigualdade, acesso à concursos públicos e a garantia de visibilidade e oportunidade de uma forma justa. Segundo a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFMG:

O Estado brasileiro comprometeu-se, oficialmente, a superar o racismo e estabelecer políticas concretas para a sua superação. Além das cotas, fazem parte das políticas de ação afirmativas do governo: a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); a lei 10.639|03 que instaura a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; a lei 11.096|2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI); e a Lei 12.288|10, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. (UFMG).

As ações afirmativas são uma realidade no Brasil, porém, ainda necessitam se tornar de fato uma política pública efetiva, saindo do seu lugar de iniciativa através de projetos e programas de extensão, se transformando em políticas de Estado com o compromisso de reconhecer as diferenças (de quem é privilegiado e quem é discriminado) entre grupos sociais.

As políticas públicas também tem sua importância na estrutura da democracia e na igualdade, pode ser definida como um conjunto de iniciativas e ações nos campos da educação, meio ambiente, saúde e segurança, do regime político, frente aos problemas sociais do país, visando garantir o bem estar social de todos. Na realidade, forçam a serem exigidos os direitos previstos na Constituição Federal, que não se cumpre de fato no contexto da classe trabalhadora. Os tempos estão se alterando e a Constituição ainda permanece a mesma de 1988, e uma série de projetos de leis vem sendo criados a fim de promover o bem estar social, que é a justiça social, e garantir os direitos adquiridos constitucionalmente. Para a efetivação das políticas públicas, e das ações afirmativas, é essencial a participação da sociedade, conhecendo todas as ações promovidas, e compreendendo que todos

fazem parte delas, alienar-se desse processo significa dar apoio às medidas do governo, este que, tem o mínimo de intenção de acabar com esse sistema de dominação.

Na premissa de se alcançar a igualdade de direitos sociais para todos, existe a política de cotas, a fim de dar as mesmas oportunidades para aqueles que são tratados, historicamente e estruturalmente, de forma desigual. A Lei de Cotas foi pensada no sentido de acabar com a elitização da educação, ela determina a reserva de vagas dos estudantes oriundos de escola pública, negros, indígenas, quilombolas, estudantes de baixa renda, pessoas portadoras de deficiência, como forma de reparar injustiças desses indivíduos que historicamente foram excluídos do ambiente da educação superior pública brasileira. Essa medida, junto à definição da política de assistência estudantil, são marcos essenciais para garantir que a assistência esteja à flor da educação no Brasil.

Não resta dúvida que, embora, polêmica, a Lei de Cotas, como ficou conhecida a referida lei, constitui-se em uma iniciativa de reparação das distorções históricas vivenciadas, sobretudo, pela população afrodescendente, que também é a população mais pobre. Mais de cem anos após a abolição da escravatura, pouco se vê negros ocupando cargos nos quadros dirigentes do país. Realidade que resulta da ausência de políticas de inclusão educacionais e de trabalho para as camadas inferiores da população e que reverbera nos altos índices de jovens, homens, pobres e negros vítimas da violência urbana, seja financiada pelo tráfico ou por outra forma de envolvimento com a criminalidade. (BARBOSA; GASPAR, 2013, p. 2).

O Brasil é um país inegavelmente racista, o que traz para a população negra e indígena, barreiras e elementos que vão dificultar a sua trajetória na educação, e conseqüentemente profissionalmente no mercado de trabalho, devido uma dívida histórica em face da barbárie da escravidão, sendo assim, as cotas tem um caráter de transformação social e reparador. A partir dos dados do IBGE e um levantamento feito pelo site Quero Bolsa¹², informa que - entre 2010 e 2019 - o número de alunos negros no ensino superior cresceu quase 400%. Os negros chegaram a 38,15% do total de matriculados, percentual ainda abaixo de sua representatividade no conjunto da população – 56%.

¹² Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/por-que-os-estudantes-negros-sao-os-mais-afetados-pela-pandemia>. Acesso em: 09 ago. 2021.

Vale ressaltar que, embora a política de cotas tenha aberto as portas para o ingresso da população discriminada, eles ainda necessitam de políticas de Assistência Estudantil eficazes, para que o princípio da isonomia material, descrito na constituição federal, seja respeitado, e eles consigam permanecer durante todo o curso com os recursos necessários, como moradia, alimentação, e auxílio financeiro. Além disso, a melhoria da educação básica - ensino primário, fundamental e médio - é um aliado a essa luta, já que a qualidade do ensino nessa fase, existe a precarização e falta de investimentos suficientes para que a população empobrecida ou em vulnerabilidade social, consiga não só acesso, mas permanência e assim possa ingressar, mas que também que consiga sair formado em um curso superior.

Com a reserva de vagas com a Lei de Cotas, se obteve um número significativo e importante, do público alvo dessa lei, no ambiente universitário, entretanto, essa realidade não foi transposta na pós-graduação, o número ofertados para cotistas nas pós-graduação do Brasil ainda é muito baixo, segundo a publicação do site Folha de São Paulo¹³, que publicou dados de 2018 da CAPES, só 1 em cada 4 matriculados em programas de mestrado e de doutorado no Brasil é negro, demonstrando que o acesso à educação por esses grupos, é irrisória, ou seja, o máximo que conseguem é chegar na graduação.

Essa discussão é pertinente, pois, como diz o Manifesto pela Prorrogação da Lei de Cotas nas Instituições Federais de ensino superior e técnico Brasileiras, do PNAES, o racismo é um elemento estruturante dos modos de como a sociedade e as instituições brasileiras se organizam historicamente e socialmente, e é responsável pela exploração, marginalização, empobrecimento da população negra do Brasil, a medida que impede a equidade do acesso aos bens e serviços públicos para esse segmento populacional. Essa luta junto a luta em transformar o PNAES em lei, também é importante reafirmar a necessidade de renovar a Lei de Cotas no Brasil.

A ABEPSS construiu um projeto para associar o serviço social na luta anti racista, criando o projeto "Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na

¹³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/11/so-1-em-cada-4-matriculados-em-programas-de-mestrado-e-de-doutorado-no-brasil-e-negro.shtml>. Acesso em: 06 ago. 2021.

Formação em Serviço Social", que fortalece e reconhece o debate ético racial na realidade brasileira diante a profissão.

A construção de alternativas de enfrentamento ao racismo ocorre nas transformações das relações étnico-raciais e por isso ultrapassa a tarefa de uma profissão ou da consciência do indivíduo. Contudo, o serviço social, diante de todo acúmulo histórico e seu compromisso com as lutas sociais, tem todas as condições de contribuir no fortalecimento do debate e na construção de ações de combate ao racismo (EURICO, 2017).

O serviço social trabalha com as expressões da questão social, e essa, atinge a população negra e indígena no Brasil, sendo indispensável a compreensão e o debate acerca da opressão presente nesses grupos, para que a formação do profissional do serviço social seja suficiente para atendê-los no que tange a asseguaração de seus direitos na sua plena igualdade diante a sociedade.

Considerando que a questão étnico-racial se constitui como um elemento estruturante das relações sociais e, assim, deve ser apreendida com profundidade e em toda a sua complexidade histórica, é subjacente a necessidade de materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas (PPCs) um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na graduação e pós-graduação uma gradativa e efetiva superação da secundarização ou "tematização" da questão étnico-racial na formação, muitas vezes apreendida no viés culturalista e/ou como um segmento a ser abordado no conjunto da sociedade. Vários estudos apontam para os riscos desta fragmentação e silenciamento/secundarização do debate na formação no Serviço Social no âmbito da graduação e da pós-graduação. (ABEPSS, 2018)

Esse conjunto de elementos favorece a formação antirracista, que também conta com a instrumentalidade do serviço social, devendo partir de um profissional que interage com as três dimensões (técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política), definindo as mediações no seu trabalho junto à população negra a fim de fortalecer a luta e ir em busca da superação do racismo estrutural existente no país.

É pertinente a discussão sobre a ação afirmativa ser afastada do conceito de redistribuição, no artigo “Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil”, a autora traz essa diferenciação citando William L. Taylor¹⁴:

O primeiro, necessariamente, inclui como beneficiários de seus programas todos os membros do grupo prejudicado. O segundo, por sua vez, pressupõe como critério suficiente (ou mesmo exclusivo) a carência econômica ou socioeconômica dos membros do grupo em questão, independentemente dos motivos dessa carência. A ação afirmativa diferenciar-se-ia, no primeiro caso, porque ...em programas de ação afirmativa, o pertencimento a um determinado grupo não é suficiente para que alguém seja beneficiado; outros critérios iniciais de mérito devem ser satisfeitos para que alguém seja qualificado para empregos ou posições... Já em relação à redistribuição, ela distingue-se por configurar-se em medida de justiça, a qual constitui-se em argumento legal para seu pleito, tal como a jurisprudência norte-americana a consagrou. (CONTINS, SANTANA, 1996, p. 210).

E já a ação afirmativa:

(...) como função específica a promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação. Seu objetivo é, portanto, o de fazer com que os beneficiados possam vir a competir efetivamente por serviços educacionais e por posições no mercado de trabalho. (CONTINS; SANTANA, 1996, p. 210).

Ou seja, ele estabelece que para ser público da ação afirmativa, o indivíduo tem que comprovar a carência que foi consequência da discriminação histórica, não sendo uma política compensatória. Essas posições ainda necessitam de muita exposição no debate brasileiro, pois quando se fala em políticas sociais focalizadas, há o risco de que o projeto específico do combate às desigualdades se distancie da realidade, ou seja, as políticas assistenciais são importantes, porém as conquistas sociais não devem ser ignoradas. Visto isso, as políticas focalizadas são apropriadas pensadas em médio prazo, para então, se chegar à políticas universalistas, sendo uma saída meio a emergência, porém, não é a solução, sendo necessária uma análise de cada política em si em determinado modelo de Estado.

¹⁴ Segundo o site Wikipedia: “William Lewis Taylor era um advogado e lobista americano que advogou em nome dos afro-americanos durante o Movimento dos Direitos Civis e desempenhou um papel importante na elaboração da legislação sobre direitos civis.”

3.3. Resgatando a história: A educação superior no Brasil, trajetórias e vigília constante contra o desmonte a privatização

Segundo Imperatori (2017), o Governo Getúlio Vargas foi um marco nas políticas sociais e passou a reconhecer a educação como um direito público regulamentado pelo Estado. Em 1931, através da Reforma Francisco Campos, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto n. 19.851/1931, propondo medidas de previdência e beneficência aos corpos discentes dos institutos universitários, incluídas bolsas de estudos para amparar os estudantes reconhecidamente pobres. Essa lei foi incorporada na Constituição de 1934, declarado no art. 157 que: “Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas”, sendo extensiva para todos os níveis de ensinos nos anos 1940 e presente na Constituição de 1946, art. 172 segundo o qual: “Cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar”.

A educação está ligada ao contexto da época, ou seja, em determinada época, quando se fala de educação, é levada em consideração o contexto político, econômico, social, tudo isso está diretamente ligado à educação. Em 1920 surge a primeira universidade de ensino superior no Brasil, que alinhava ensino, pesquisa e extensão, no Rio de Janeiro. Em 1930, com a industrialização no Estado Novo, há o aceleração do desenvolvimento da sociedade, que demandava uma quantidade maior de pessoas formadas e capacitadas para ocuparem os cargos, nessa época nota-se um crescimento do ensino profissionalizante.

Segundo Vasconcelos (2010), a educação superior no Brasil teve sua expansão nos anos de 1970, resultando na ampliação do número de matrículas, o que levou as classes mais baixas a terem mais acesso às universidades federais em todo Brasil, além das universidades estaduais, municipais e particulares, o que gerou o aumento de demandas para atender esse público. Os estudantes tiveram participação ativa na política em alguns momentos importantes da história do país, como a segunda guerra mundial e o golpe de 1964, mostrando seus interesses e

lutando cada vez mais para a melhoria na educação, na saúde, e todos os demais direitos básicos. A promulgação da Constituição de 1988 foi um marco muito importante para o rumo das análises e discussões sobre a assistência estudantil, marcada por contradições e norteadas pela seletividade e focalização vindas da escassez de recursos destinados ao investimento na educação, característico de uma conjuntura neoliberal (VASCONCELOS, 2010, p. 401).

Ainda nesse contexto de da década de 1970, período importante por ser marcados de grandes acontecimentos políticos, especificamente no Governo Médici, o Brasil passava pela famosa fase do “milagre econômico”, pois apresentava-se um alto índice no PIB, e a economia era baseada na expansão da indústria tanto automotiva quanto industrial, exportações e investimentos externos, além de ser marcado pelas grandes construções como a estrada Transamazônica e a ponte Rio-Niterói, tudo isso usado como estratégia a favor do governo. Por conta do endividamento externo, o país entra em uma crise financeira com um alto índice da inflação, e conseqüentemente agravando as expressões da questão social, contexto no qual vários brasileiros passaram pelo desemprego e miséria, ou seja, o crescimento econômico visto por todos, gerou fome, desemprego, concentração de renda e desigualdade social. Percebemos através disso, que a medida que um país tem seu PIB em crescimento e a fome e o desemprego à mesma altura, que o governo apenas trabalha a favor da classe burguesa, cada vez mais eliminando os direitos dos cidadãos. Diante esses fatores, gerou-se uma insatisfação no que diz respeito aos direitos humanos da população, principalmente os direitos de expressão que no contexto ditatorial foram roubados. Daí, iniciam os movimentos da classe trabalhadora, além dos movimentos estudantis, e a favor da cultura, que tomaram consciência de seus direitos e foram reivindicá-los.

No domínio da ditadura militar, a atuação do Assistente Social era limitada a apenas execução de políticas, sem um pensamento crítico e com consciência de classe, além de pouca autonomia. Era necessária uma mudança nessa realidade, onde os profissionais saíssem do pensamento assistencialista, conservadorismo, moralista, vindo um amadurecimento dos profissionais em repensar sua atuação. Surge então o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, buscando um sistema técnico e instrumentos de trabalho realmente eficazes. Além dos

movimentos sociais, movimento dos profissionais do serviço social, houve uma extensão grande dos movimentos estudantis é necessária então, a criação de um órgão para dar representatividade a essas lutas. Nessa perspectiva, o Conselho Nacional dos Estudantes cria a União Nacional dos Estudantes (UNE), considerada a maior entidade dos estudantes, e desde sua criação, deu apoio em várias atividades e manifestações, sempre pressionando o governo em prol da democracia. Atualmente, os estudantes participam da UNE através de Centros Acadêmicos (CAs), Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) e etc.

A partir daí surgiram duas grandes frentes de discussão política sobre assuntos relativos à assistência estudantil: o FONAPRACE, e a ANDIFES, que defendia a melhoria do ensino visando a garantia de igualdade de oportunidades nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Foram realizadas pesquisas com a finalidade de conhecer o perfil socioeconômico dos estudantes e a partir desses dados, esboçar um plano que atuaria a favor da efetivação da assistência estudantil nas universidades e à liberação de recursos necessários para atender às demandas apresentadas.

De acordo com Imperatori (2017), embora os aspectos socioeconômicos seja um dos elementos que asseguram a permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior, a assistência estudantil é um campo de disputas a ser consolidado enquanto política pública. É nesse cenário de desmonte das políticas setoriais, em foco a assistência estudantil, que surge em 2007, instituído pela Portaria Normativa 39 de 12 de dezembro de 2007 - Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que dentro do processo de redemocratização, subsidia a estrutura para uma política de assistência estudantil, já que a mesma, para se consolidar, necessita do poder político e governamental, o que dificulta se tornar de fato uma política pública. (IMPERATORI, 2017, p.294). Segundo Vasconcelos (2010), o PNAES:

estabelece em seu parágrafo único que: Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico. Em resumo, as ações de assistência estudantil sugeridas pelo PNAES devem ter como prioridade fundamental viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, além de agir, preventivamente, para minimizar as situações de

repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (VASCONCELOS, 2010, p. 612-613).

Segundo o texto de Imperatori (2017), o PNAES, oferece aos estudantes em vulnerabilidade social matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior: assistência à alimentação, moradia estudantil, à saúde, transporte, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Suas ações são executadas e acompanhadas pela própria instituição de ensino, além da elaboração dos critérios de seleção, levando em conta o perfil socioeconômico dos estudantes. O PNAES representa um avanço no reconhecimento da assistência estudantil como um direito social no sentido de desmistificar o caráter de seletividade (merecimento, capacidade) e a considerar também outros elementos. E, embora esteja em um campo de disputas e não ser uma política consolidada, ainda está em processo de legitimação, principalmente após sua regulamentação pela Portaria Normativa nº 39/2007 e pelo Decreto nº 7.234/2010, onde a assistência estudantil é reconhecida como estratégia de combate às desigualdades sociais, ampliação e democratização das condições de acesso e permanência no ensino superior público federal, com uma definição bastante ampliada.

O desmonte da educação brasileira se intensificou nos últimos anos, porém, esse desmonte provém de governos antecessores que foram ausentes de investimentos nessa política, com agravamento no governo de Michel Temer e Jair Bolsonaro, por diversas negligências perante esse setor tão importante para o desenvolvimento do país. Embora a Constituição de 1988, em seu artigo 5º, deixa claro o direito à educação e o dever do Estado garantir a efetivação dos direitos fundamentais, no cenário recente diante uma crise econômica, o Estado argumenta que a retirada de capital da área dos direitos sociais é menos maléfica à ele e isso restringe alguns direitos básicos, o que profere ainda mais as desigualdades sociais, além de comprometer o avanço de uma sociedade que só é vista pelas autoridades como a base de uma pirâmide social onde os únicos a se beneficiarem são quem dominam um lugar de privilégio e riqueza.

Vale citar a Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, que significou um congelamento de investimentos públicos na educação, como exemplo

de um retrocesso social, a reforma do ensino médio, que apoia as desigualdades presentes no modo de produção capitalista e precariza o ensino integral e de qualidade, com a possibilidade de aprendizado sobre a tomada de consciência de classe, a suspensão da contratação de bolsistas dos projetos do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que é a principal agência apoiadora da Ciência no governo federal, além do projeto Escola Sem Partido¹⁵, que geraria um prejuízo geral para toda sociedade, por se tratar de um projeto inteiramente conservador e totalmente contra a esquerda, promovendo censura e controle social, a fim de alienar cada vez mais a sociedade e, recentemente, várias Universidades Federais estão correndo o risco de serem fechadas por falta de recursos destinados à elas. Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes¹⁶), o orçamento discricionário para 2021 teve um corte de pelo menos R\$ 1 bilhão. Sendo assim, o valor destinado às 69 universidades federais neste ano é 18,16% menor do que o orçamento de 2020.

Recentemente, entidades do movimento em prol da educação se reuniram na realização da Plenária Nacional em Defesa da Educação Pública, sendo um evento aberto ao público e transmitido pelas redes sociais das entidades. Foram tratados assuntos em resposta aos ataques sofridos pelo atual governo, que vem atacando não só a educação, mas promovendo um genocídio da população brasileira. Dentre várias entidades representativas, O ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) esteve presente, e a presidenta Rivânia Moura, destacou:

É um dia importante para demonstrarmos todo o repúdio a qualquer manifestação e reverência à ditadura empresarial-militar. Vivenciamos nesse último período fortes ataques às liberdades democráticas, muitas tentativas de silenciamento contra as vozes que ousam criticar esse governo. Precisamos lutar para sobreviver enquanto educação pública, contra os cortes orçamentários, contra a perseguição, a censura, as intervenções feitas às universidades e institutos, que já atingem mais de 20 instituições. Esse governo tem tratado a educação pública como alvo principal dos seus ataques. (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UESB, 2021).

¹⁵ Escola Sem Partido é um movimento que tem o objetivo de criar mecanismos para que haja imparcialidade ideológica na educação pública, foi pensado pelo procurador de estado Miguel Nagib.

¹⁶ Informação Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/entenda-as-consequencias-dos-cortes-de-orcamento-das-federais/>. Acesso em: 24 jun. 2021.

O ANDES-SN é um sindicato que nasceu na ditadura militar, e esteve presente em todos os contextos e conjunturas como um grande instrumento de luta, e ainda se mantém firme, como um sindicato autônomo e independente, um grande instrumento de luta para a classe trabalhadora do país.

A plenária contou com participação de entidades internacionais de educação, centrais sindicais, fóruns regionais, movimentos estudantis e seções sindicais. Ao final do encontro, foi realizada a leitura da Carta dos Lutadores da Educação ao Brasil, assinada pelas entidades organizadoras, em defesa da vida, da democracia, da educação pública de qualidade e pela retomada do Estado Democrático de Direito. Esses encontros são de extrema necessidade, pois consolida a luta pela democracia, pela educação pública, deixando claro o posicionamento contra as ações negacionistas do atual governo, que priva sua população da liberdade de expressão, dos direitos e da igualdade da sociedade.

Em meio à pandemia, fica ainda mais evidente o prejuízo dos cortes nas pesquisas. Instituições federais estão trabalhando arduamente na produção de testes, vacinas e soluções para combater a COVID-19. A própria UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) é responsável pelo desenvolvimento de duas vacinas contra o coronavírus, que estão em fase de testes pré-clínicos. O processo, entretanto, pode ser prejudicado com os cortes. O Brasil perde ainda, os estudantes pesquisadores que, pela falta de investimento, procuram oportunidades em outros países que valorizem a educação.

No fim de 2019 surgiu, os primeiros casos do vírus nomeado de COVID-19, que rapidamente se espalhou pelo mundo inteiro, e a medida mais eficaz de se prevenir do contágio, segundo as entidades de saúde, é o isolamento social. Diante disso, o mundo em suas diversas áreas como saúde, educação, economia, se vê em um contexto de mudanças e adaptações. Na educação, a pandemia teve e ainda tem impactado, escolas e universidades foram fechadas, diante a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 e Portaria MEC nº 343, de 17 março de 2020. Atualmente o cenário é de incertezas quanto ao retorno de aulas presenciais, pois é uma questão global a ser solucionada. Segundo o artigo: “Ensino Superior em tempos de Pandemia: Diretrizes à Gestão Universitária”:

Universidades, departamentos acadêmicos e cursos universitários precisarão se adequar para reduzir danos pedagógicos e riscos à saúde pública, garantindo a manutenção de uma educação em nível superior de qualidade e segura. Compete às instâncias deliberativas das IES decisões fundamentais que subsidiarão as decisões de professores quanto à forma de conduzir suas disciplinas. Ajustes precisarão ser feitos nos planos de desenvolvimento institucional, nos projetos pedagógicos de cursos e no gerenciamento departamental, a fim de lidar com a situação de emergência. (GUSSO, 2021, p.03).

A pandemia foi um obstáculo para a permanência dos estudantes nas instituições federais por conta da questão financeira, o INEP aplicou dados, aos candidatos do ENEM, que mostraram que 1 a cada 3 candidatos não possuem acesso à internet. Além disso, existem outros problemas como a falta de espaço físico para estudos, falta de computadores, adoecimento mental por conta do isolamento social, significando um grande declínio da qualidade do ensino.

Na UFOP, as aulas presenciais foram suspensas por tempo indeterminado, e todo o ensino, pesquisa, extensão, estágio, estão na realidade remota. Para possibilitar o acesso democrático ao ensino remoto, foi criado o Auxílio Digital, que possibilita a aquisição de material tecnológico, dentro do programa de assistência estudantil da UFOP. Segundo o site¹⁷ Informativo da UFOP, também foi criado um Comitê de Enfrentamento ao Coronavírus composto por vários profissionais que contribuem na agilidade de divulgação das informações, além de definir ações para evitar a propagação do vírus e os protocolos seguidos pela comunidade acadêmica. O MEC, lançou no ano passado, um o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino a fim de orientar as instituições nas ações a serem tomadas diante dessa nova realidade.

Vale ressaltar que Ensino Remoto Emergencial é diferente de Ensino à Distância, o primeiro é o ensino dado com a utilização de tecnologias, porém com os mesmos princípios do ensino presencial, em uma forma emergencial na qual professores tiveram que adaptar suas metodologias, planos de atividades entre outras mudanças, e o segundo, apesar de também manter os meios tecnológicos, tem suas próprias diretrizes e normativas, já planejadas anteriormente, ou seja, tem uma larga experiência na prática.

¹⁷ Disponível em: <https://ufop.br/coronavirus>. Acesso em: 11 ago. 2021.

Embora a existência de medidas para combater às consequências da pandemia sejam positivas, a realidade plena da educação no futuro ainda é permeada por incertezas, os desafios são muitos, é necessário trazer o debate da responsabilidade da universidade e da comunidade acadêmica em oferecer condições de acesso e permanência para os estudantes que demonstram suas diversidades, tanto nas vulnerabilidades econômicas e culturais, quanto nas dificuldades acadêmicas, com foco nos alunos que estão ingressando no ensino superior em tempos de crise sanitária, que afeta a vida de toda sociedade, mas sobretudo, a desses sujeitos. O que era uma necessidade anterior à pandemia, se reforça nesse momento: é necessário um financiamento justo que atenda todas as demandas na área educacional, o Estado tem que se fazer presente, atendendo a comunidade estudantil e priorizando os mais vulneráveis.

4. DESAFIOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFOP

Este capítulo irá discorrer sobre as provocações que a prática do exercício profissional adquire durante a execução da política de assistência estudantil, esta que necessita da mobilização tanto da sociedade, Estado, e da comunidade acadêmica para ir contra às ações que tiram direitos já conquistados e limita a execução de tal política, também irá detalhar os programas assistenciais existentes na UFOP, através da PRACE, que promove os programas e atividades referentes à assistência estudantil nessa instituição.

A importância estratégica da assistência estudantil para o direito à educação, atualmente está inserida em um contexto de pandemia, de crise sanitária, crise política, agravando as características que já eram infames no nosso país, são elas a desigualdade social, a fome, o desemprego, a baixa inserção de jovens na educação superior, indicadores desfavoráveis a uma sociedade democrática. Essa realidade coloca ao exercício profissional, do assistente social na assistência estudantil, crescentes desafios na busca pela efetivação de direitos.

Desde 2016, com a implantação da Emenda Constitucional de 95 que congela os gastos nas áreas sociais, fazendo com que os recursos, que já não eram suficientes para as demandas provenientes do capitalismo em termos de desproteção social, com a pandemia, o recurso ainda se distancia de alcançar um sistema de proteção social eficaz. Da mesma maneira, o recurso da assistência estudantil é insuficiente e incapaz de atender todas as necessidades, reduzindo as desigualdades no acesso à educação na sociedade brasileira.

A realidade acima descrita afasta os estudantes à tentativa de buscar o ingresso numa instituição de ensino pública, e aos que ainda com toda dificuldade, ingressam, a assistência estudantil deve se manter presente e eficaz, sendo uma política constituída de recursos públicos que deve garantir o atendimento das necessidades básicas para que o estudante tenha melhores condições de permanecer na universidade e diplomar-se, ou seja entra com o propósito de redução das desigualdades. Sobre essa política, o CFESS (2014) afirma:

A inserção de assistentes sociais na Política de Educação, ao longo das últimas duas décadas, responde sobretudo às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil. Desse modo, se por um lado resulta da histórica pauta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública, por outro se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho. Inscreve-se, portanto, na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século (CFESS, 2014, p. 37).

Muito além dos auxílios, a assistência estudantil tem muitos desafios, sendo um deles, a dificuldade em atender a demanda crescente de estudantes que tem passado por piora e maior deterioração das suas condições de vida, seja porque adentrou em uma realidade de desemprego da família, seja porque as bolsas tem uma perda em conseguir cobrir as necessidades diante da inflação significativa, onde os preços da alimentação subiram, dificultando a manutenção das necessidades do dia a dia. Outro problema recente é o cenário pandêmico, que mostra uma realidade de evasão dos estudantes do sistema nacional de educação do país, significando um retrocesso, surgindo uma distância muito maior de uma escolaridade de nível superior, e uma perda de 10 milhões de jovens que abandonaram a educação, segundo a pesquisa PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) divulgada pelo IBGE.

A renovação da Lei de Cotas entra como outro desafio, visto que até a Constituição Federal brasileira sofre por não ser concretizada na realidade, a renovação da Lei de Cotas completará 10 anos em 2022 e há a necessidade de sua reafirmação para renovar-se, através da mobilização de todos. É essencial para não haver um retrocesso quanto ao perfil dos estudantes na universidade, assegurando a diversidade de acesso mais paritário ao sistema de educação pública.

Outro desafio é a obtenção do engajamento expressivo de todos os estudantes das universidades, incluindo as representações como a UNE, os DCEs, centros acadêmicos, pois, defender a assistência estudantil, é defender um projeto de sociedade que prevê a democracia para além do direito de votar e ser votado,

mas para o direito de fazer parte, de acessar a educação de fato, pois ela existe para esse fim.

Os direitos de uma sociedade não foram conquistados pela boa intenção governamental, e sim é fruto de grandes lutas e mobilizações, e nesse aspecto é necessário que continue perpetuar os debates e movimentos sociais para a asseguuração dos direitos, para o bem da democracia, sendo ela um acesso à riqueza socialmente construída, e uma das maiores riquezas do Brasil são as universidades públicas, é necessário então que a assistência estudantil esteja presente e a favor na democratização das universidades públicas, sendo essa uma luta também dos estudantes.

4.1. PRACE: PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS ESTUDANTIS - UFOP

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal de Ouro Preto (Portaria Reitoria Nº 206) institucionaliza a garantia do bem estar social e psicológico dos estudantes, docentes e técnicos, através da criação e aplicação de ações de assistência estudantil, dando atenção à saúde, acessibilidade, inclusão e desenvolvimento. Na sua estrutura, a PRACE atua em três coordenadorias, são elas: Coordenadoria de Assistência Estudantil; Coordenadoria de Restaurantes; Coordenadoria de Saúde. Na Coordenadoria de Assistência Estudantil, existe a PRACE no campus em Ouro Preto, o Núcleo de Assuntos Comunitários e Estudantis - NACE Campus Mariana e Núcleo de Assuntos Comunitários e Estudantis - NACE Campus João Monlevade, todos usando como metodologia de trabalho a Avaliação Socioeconômica dos estudantes para acesso às bolsas. (UFOP, 2012).

A Avaliação Socioeconômica é o instrumento utilizado para identificar o perfil socioeconômico do estudante, no âmbito de sua família, a fim de caracterizá-lo como público-alvo dos programas de assistência estudantil da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O objetivo da avaliação é a classificação socioeconômica dos estudantes de graduação e de pós-graduação stricto sensu (que não tenham bolsa de mestrado ou de doutorado), ambos na modalidade presencial, nas categorias A, B, C, D ou E previstas na Resolução CUNI/UFOP nº1380, de 26 de abril de 2012 (UFOP, 2012).

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - (PRACE), possui 4 Assistentes Sociais, e o NACE conta com uma assistente social atendendo os alunos do campus de Mariana e João Monlevade, trabalhando em conjunto para que a educação se torne uma prática de integração social, de formação e emancipação dos sujeitos sociais. Através de critérios socioeconômicos, são desenvolvidas ações que visam atender estudantes com renda per capita de até 01 salário mínimo, conforme a Portaria Prace no 02/2020.

Para ingresso aos programas da PRACE, o estudante precisa acessar a plataforma online “Minha UFOP” e preencher suas informações como endereço e conta bancária nominal para recebimento das bolsas. Posteriormente, ele vai até a área de Assistência Estudantil para preencher o questionário socioeconômico no Cadastro para Programas de Assistência Estudantil - CPAE¹⁸. Após o preenchimento do questionário, uma resposta prévia é enviada ao e-mail, informando se o aluno tem o perfil para recebimento dos auxílios ou não. Caso tenha, ele terá que reunir toda documentação necessária do seu grupo familiar e, anteriormente à pandemia do COVID 19, era entregue pessoalmente na unidade da PRACE de seu campus, atualmente, a documentação está sendo digitalizada e enviada via e-mail. Feito isso, aguardava um prazo de no máximo 60 dias para obter o resultado da avaliação, com possibilidade de ser solicitada qualquer documentação complementar, ou até uma entrevista para casos em que a documentação não é suficiente para entender o contexto sociofamiliar. Por fim, aguardar o resultado da avaliação comunicada por e-mail e na plataforma Minha UFOP.

A classificação da categoria dos estudantes define como eles vão acessar as bolsas, sendo assim, a categoria A significa 100%, B 75%, C 50%, D 25% e E sem direito à bolsa. As modalidades das bolsas são:

Bolsa Permanência: “Possui natureza social e pedagógica e tem por finalidade conceder aos estudantes suporte financeiro para sua permanência no curso de graduação. É um auxílio financeiro concedido ao estudante, em sua conta corrente, para sua permanência na Universidade” (UFOP, 2012).

¹⁸ Instrumento utilizado pelos assistentes sociais com informações pessoais preenchidas pelo estudante, que dão base para a realização da avaliação socioeconômica e parecer social.

Bolsa Alimentação: “É um benefício concedido através de depósito mensal de créditos correspondentes à bolsa na carteira de identidade estudantil, excluídos os períodos de férias e recessos acadêmicos. Tem por objetivo proporcionar acesso subsidiado aos Restaurantes Universitários da UFOP” (UFOP, 2012).

Auxílio Moradia: “É necessário ter a avaliação socioeconômica em dia para ter acesso a esse benefício. Atualmente conta com as Repúblicas Federais e a Vila Universitária. A ocupação das vagas se dá por meio de reuniões e disponibilidade das mesmas. Atualmente conta com as Repúblicas Federais e a Vila Universitária” (UFOP, 2012).

Bolsa Permanência MEC: “Consiste na concessão de auxílio financeiro mensal para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, quilombolas e indígena” (UFOP, 2012).

A PRACE oferece também, Orientação Estudantil, que tem como objetivo integrar o aluno junto ao espaço da universidade com ações pedagógicas, a fim de facilitar a trajetória e permanência do aluno até o fim de sua graduação. Os programas que auxiliam esse trabalho são:

- **Bem-vindo Calouro:** “programa de recepção e acolhimento de estudantes ingressantes na UFOP” (UFOP, 2012).
- **Caminhar:** “programa de acompanhamento acadêmico dos estudantes da UFOP” (UFOP, 2012).
- **Grupos Temáticos** “programa com finalidade oferecer aos sujeitos um espaço coletivo de questionamento/crítica a vivências relacionadas a algum tema específico” (UFOP, 2012).

Além desses programas, os alunos podem optar pela demanda espontânea e marcar atendimento para tratar de assuntos sobre orientação pedagógica. O agendamento é feito por email disponibilizado no site da PRACE. Em sua estrutura, a PRACE possui um arquivo próprio, onde a documentação dos estudantes é armazenada, ficando assim suas informações asseguradas. A análise socioeconômica, as entrevistas, são instrumentos que o profissional utiliza para

viabilizar a política ao aluno que se enquadre nos condicionamentos exigidos já que, decorrente da questão social e suas expressões, numa visão de totalidade, recaem na condição de sobrevivência desse sujeito exercer suas relações sociais não só no âmbito da universidade, mas nas diversas dimensões de sua vida.

A partir do ano de 2012, o trabalho do assistente social no espaço sócio ocupacional da Universidade Federal de Ouro Preto foi de atendimento ao público com renda per capita de até um salário mínimo e meio, 1,5 salário mínimo com fluxo contínuo. Entretanto, em 2019 e 2020 com a proposta de projeto de lei orçamentária apresentada para 2020, a PRACE estabeleceu, por meio da portaria Nº 02 DE 31 DE JANEIRO DE 2020, um novo formato para recebimento de novos pedidos de avaliação socioeconômica dos estudantes de graduação e pós-graduação da UFOP incluindo novo corte de renda para o público prioritário, sendo, Art. 2º – O ingresso nos programas de assistência estudantil da PRACE somente será concedido aos estudantes que possuírem renda per capita familiar de até um salário mínimo, depois do bloqueio de cortes efetuado pelo Ministério da Educação em 2020.

Para a conclusão da análise documental, poderão ser utilizados, alguns instrumentos como: entrevistas e contatos telefônicos. Sendo necessária a utilização desses instrumentos. Vale destacar que as informações coletadas são resguardadas; assegurando assim o sigilo, onde as entrevistas e os contatos telefônicos acontecem em salas específicas para o atendimento ao estudante. Outra ferramenta que o profissional utiliza, é o CPAE, (cadastro para programas de assistência estudantil) onde se arquiva o parecer final do atendimento, podendo assim, auxiliar e dar embasamento para futuras análises.

O ingresso nos programas de assistência estudantil modalidade bolsa permanência, bolsa alimentação e moradia possuem critérios socioeconômicos. A realização de avaliação socioeconômica é efetuada pela equipe do Serviço Social. Na área de avaliação socioeconômica as assistentes sociais utilizam como instrumentos de trabalho a análise documental, consulta pública, realização de entrevista presencial com o(a) estudante e entrevista via contato telefônico para fins de contextualização da trajetória familiar do estudante e de seu grupo familiar. Nas situações em que são demandadas realização de entrevistas, são realizados

Estudos Sociais mediante emissão de relatório em discussão na Comissão de Avaliação Socioeconômica, que é uma reunião entre todas as Assistentes Sociais para discutir os processos.

Segundo Imperatori (2017), todos esses instrumentos contribuem para o desenvolvimento da política educacional, bem como a política de assistência estudantil, para o fortalecimento do processo de articulação para um maior acesso aos direitos; construir formas de integração no ingresso e permanência do estudante até sua formação; estimular o fortalecimento das relações familiares, instituição e comunidade em busca de ampliação da participação desses sujeitos no espaço

Em seu texto *Investigação social e serviço social: novos processos de produção do conhecimento*, Yolanda Guerra traz a importância de o profissional buscar embasamento na sua prática profissional, utilizar-se de seus instrumentos técnico-operativos, e valores ético-políticos possibilitando assim uma melhor intervenção sobre a realidade posta.

A profissão, ainda que possa ser considerada de natureza fundamentalmente interventiva, possui diversas dimensões: técnico-instrumental, intelectual, formativa, ético-política que se articulam entre si e são alimentadas por fundamentos teórico-metodológicos, valores e pressupostos ético-políticos. Daí que duas modalidades de conhecimento são fundamentais para o Serviço Social: a) Conhecimento que forneça subsídios para a intervenção imediata nas variáveis do contexto e que, portanto, sejam imediatamente instrumentalizáveis; b) Conhecimento sobre os fundamentos (econômico-sociais, políticos e ídeo-culturais), o modo de ser e de proceder, a lógica interna, propriedades constitutivas e articulação dos fenômenos, processos e práticas sociais. Estes fornecem subsídios ao planejamento, iluminam os valores e objetivos, possibilitam estabelecer estratégias e táticas técnico-políticas de intervenção sobre a realidade e, por isso, são indispensáveis à intervenção profissional. (GUERRA, 1998 p. 6).

Os diferentes espaços sócio-ocupacionais obrigam os assistentes sociais a dinamizarem as formas de atendimento, e refletirem a todo tempo as formas de uso dos instrumentos a serem utilizados, sendo uma escolha estratégica e pensada, para que não haja prejuízo ao atendimento dos usuários quanto ao acesso dos seus direitos, se afastando da ideia da culpabilização individual.

4.2. Conhecendo a UFOP: Limites e entraves de uma instituição em desenvolvimento

A Universidade Federal de Ouro Preto surgiu em pleno regime militar, a partir da incorporação de duas centenárias instituições de ensino superior: a Escola de Farmácia fundada em 1839 e a Escola de Minas fundada em 1876. Na época da instauração de ambas as escolas o contexto sócio histórico era de escravidão, principalmente em Minas Gerais, onde a extração de ouro era adquirida através do sofrimento dos negros sequestrados da África. A inserção de uma política de ação afirmativa (PAA), a qual destinava vagas de cursos de graduação a candidatos egressos de escolas públicas, trouxe grande reflexos para Ouro Preto e para a UFOP. Política que abriu as portas da instituição para os estudantes de escolas públicas, muitos deles descendentes de escravos que emergiram em Ouro Preto. A adoção da PAA se deu a partir de pressões da sociedade civil pela implementação de cotas nas universidades, principalmente a partir da recomendação da Conferência de Durban onde foram debatidas propostas a qual o Estado deveria responder às reivindicações de diferentes grupos étnicos, com históricos de discriminação; negros, índios, judeus, ciganos. Criou-se, então, um documento oficial indicando que fossem implementadas políticas de ação afirmativa na área da educação, com o objetivo fundamental de promoção da igualdade.

A política de ação afirmativa (PAA) da UFOP foi aprovada, em 13/02/2008 pelo Cape, com a resolução no 3.270. Resultado de longos períodos de debates que se estendeu por vários anos que começou no início do século XXI, quando a sociedade reivindicava da UFOP a adoção de reservas de vagas para egressos de escolas públicas e negros. Resolução Cepe: das vagas destinadas ao processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação na universidade federal de Ouro Preto, ficam assegurados trinta por cento do total de vagas de cada curso para a ocupação por candidatos classificados egressos de escolas públicas (UFOP, 2008b)

As ações afirmativas se efetivaram com a promulgação da Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), assinada em 29 de agosto de 2012 pela então presidente Dilma Rousseff. As universidades, institutos e centros federais foram obrigados a reservar

para candidatos cotistas metade das vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos.

A UFOP vem se tornando referência na organização de comissões de verificação da Política de Cotas. Criou-se a “Oficina Temática: Exercício de Heteroidentificação”, para capacitar servidores que atuam nas bancas étnico-raciais das etapas de confirmação presencial de matrícula, para evitar fraudes. Entretanto, tão importante quanto à entrada na universidade é a permanência e o desenvolvimento dos estudantes cotistas durante a graduação. Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar o acesso aos programas de bolsas da Universidade é primordial para a permanência desses alunos, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados; é de suma importância para que haja democratização à educação no ensino superior.

Recentemente, a UFOP, assim como muitas Universidades Federais no Brasil, está sofrendo com cortes orçamentários, e uma das graves consequências é a suspensão do Auxílio Alimentação que estava sendo pago, mensalmente, aos alunos bolsistas. Segundo o DCE da UFOP, o atual orçamento da UFOP é o mesmo de 17 anos atrás, quando a universidade tinha menores proporções e o orçamento de 2021 teve uma queda de 16%, além de um congelamento de 60%, o que vem acontecendo desde 2019.

A UFOP, que hoje é referência nacional na política de assistência estudantil, sofre perdas mais severas nesse lugar, na avaliação da pró-reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis, Natália de Souza Lisboa. Ela explica que, para o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), a redução orçamentária será da ordem de 20%. De imediato, para que as bolsas de assistência continuem sendo pagas, inclusive para os novos alunos, será necessária a suspensão do pagamento do Auxílio Alimentação emergencial. (UFOP, 2021)

Além do auxílio financeiro, os estudantes enfrentam desafios diante desse cenário pandêmico, entrando em uma nova realidade, desafios estes referentes a saúde, segurança, e a permanência desses estudantes na universidade, de modo que seu rendimento não seja tão prejudicado. Nesse contexto, a União Nacional dos Estudantes se posicionou em Nota Oficial:

Sabemos que a suspensão das aulas presenciais nas universidades, embora seja indiscutivelmente uma medida necessária, também acentua complicações que precisam ser atentamente observadas. A principal delas

diz respeito à desigualdade de condições entre os estudantes, dentro das universidades ou entre as próprias regiões do país, em que muitos têm na estrutura da universidade o suporte necessário para garantia de necessidades básicas, como o acesso a alimentação através dos Restaurantes Universitários, moradia, assistência médica e psicológica, livros didáticos, computadores, acesso a internet e ambiente adequado de estudo. (UNE, 2020).

A evasão dos alunos é uma grave consequência da suspensão das aulas, além dos impactos diretamente ligados à aprendizagem, na saúde física e mental, entre outras questões relevantes. Tratar a assistência estudantil dentro do seu processo de luta histórica e política essencial na concretização de direito, é ainda mais relevante na situação pandêmica atual.

4.3. A Política de Assistência Estudantil Como Um Direito Que Efetiva o Projeto Ético Político Profissional

Conforme já exposto, o objetivo deste trabalho, é refletir sobre a política de assistência estudantil da UFOP, onde participei como bolsista do projeto Bolsa de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico - BIDA e realizei meu estágio obrigatório para a formação profissional. No entanto, uma das preocupações que me atravessa, é refletir para além deste lugar de estagiária, mas também, realizar uma breve análise sobre a supervisão de Estágio em diferentes espaços sócio-ocupacionais, bem como realizar possíveis mediações, que emergem de outros lugares onde essa etapa da formação acontece.

Desde que comecei a pensar nesse tema, tive como horizonte refletir a prática profissional das/os profissionais que nos conduzem no campo de estágio a trilhar o caminho para ser também profissional dessa categoria. O estágio em conjunto com a condição de bolsista, me possibilitou a dupla visão de usuária da política à medida em que o meu “trabalho” me mostrava que apesar da realidade concreta e das limitações impostas ao exercício da profissão, a materialização do Projeto Ético-Político Profissional estava ali presente. Dessa forma, foi neste movimento, de início e continuidades, que ora bolsista e ora usuária, tive minha compreensão aguçada, e foi neste lugar, que compreendi que este projeto é o resultado da mobilização e das lutas sócio-históricas, pois, marcam tanto a sua emergência, quanto nos fornece subsídios para compreender os contornos acerca

da realidade concreta, mesmo que às vezes, tal realidade seja camuflada pelo imediato.

Penso ser pertinente fazer uma apresentação do BIDA, bem como descrever seu funcionamento, uma vez que foi neste terreno de atuação que minhas observações sobre o Projeto Ético Político Profissional se materializam e se efetivam como o laço que une teoria e prática. Nessa lógica, destaco que a funcionalidade do BIDA se dá como objetivo principal integrar ações de apoio socioeconômico ao incentivo à formação acadêmica dos alunos em condição de vulnerabilidade e trabalhar conteúdos voltados ao desenvolvimento de habilidades necessárias à atuação na assistência estudantil.

A metodologia de atuação é realizada por meio de capacitações prévias de protocolo de trabalho referente a atividades a serem desempenhadas, bem como participações em atividades diversificadas: leituras, palestras, oficinas, vivências em atividades da Prace distintas daquelas que estão inseridas diretamente, reuniões de equipe com Assistentes Sociais bem como presença em seminários realizados semestralmente com objetivo de proporcionar ao acadêmico um espaço de reflexão sobre as atividades realizadas durante o período. Por mais que a metodologia utilizada neste projeto, tenha suas limitações e entraves, uma vez que compreendemos que as instituições também são burocráticas e fadadas ao capacitismo e as respostas imediatas, para nós, bolsistas oriundas do curso de serviço social, identificamos a possibilidade de traçar um olhar aguçado e que nos permita desenvolver uma reflexão crítica ao referido projeto.

A função desempenhada por nós bolsistas consiste no auxílio da rotina de recebimento, conferência e organização da documentação solicitada no processo de avaliação socioeconômica, além de realizar consultas públicas dos membros do grupo familiar, esse processo otimiza o tempo para que ao chegar às assistentes sociais, elas já consigam executar a avaliação com as informações necessárias.

O Serviço de Conferência de documentos foi criado em 2017, é um dos trabalhos que os bolsistas desempenham dentro da Prace. Durante a pandemia do COVID - 19, a consulta pública tem sido a única atividade desempenhada, devido às fragilidades referentes ao trabalho remoto. Considerando o momento que tem sido

difícil para todos, o trabalho remoto tem a vantagem de permitir que a assistência estudantil permaneça sendo assegurada a todos os estudantes que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica.

As dificuldades em desempenhar com eficiência esse serviço de forma remota se dá no sentido de unir seu ambiente de trabalho com o familiar/particular. Existem várias nuances nesse processo que vão desde a saúde mental, condições de trabalho adequadas, conciliar o trabalho remoto aos cuidados de crianças, afazeres domésticos e afins.

É notável a importância do trabalho desempenhado por nós bolsistas, para a pró-reitoria que estamos vinculadas, para nós enquanto estudantes e futuros profissionais bem como para os usuários dessa política que principalmente neste período de pandemia, precisam de assistência não só financeira, mas das diversas outras que são finalidade do PNAES. É neste lugar, que nosso olhar crítico sobre os impactos econômicos que seguem a ordem capitalista, às fragilidades das políticas, ou mesmo os equívocos interpretativos sobre a universalização das políticas sociais acontecem. Nisto, de acordo com Ceolin (2014, p. 240 *apud* IAMAMOTO 2007. p. 214), ocorre vários impactos no exercício profissional, causados pelas:

[...] transformações no âmbito do exercício profissional agrega um complexo de determinações e mediações essenciais para elucidar seu significado no processo de produção e reprodução das relações sociais, configurado “enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado”. (IAMAMOTO, 2007, p. 214; grifos do original).

Dessa forma, o autor salienta que, é na particularidade prático-social das profissões, ou seja, na prática efetiva de cada uma, que se materializam os impactos causados pelas transformações societárias. Neste sentido, compreendemos que, tais impactos são reflexos das imposições inerentes ao modo de produção capitalista e nisto, também se determinam as “as mediações que conectam as profissões particulares àquelas transformações”. (2014).

As políticas de assistência estudantil devem se voltar não só para as questões de renda, como auxílio financeiro para que o indivíduo realize as atividades diárias na instituição, mas também de ordem pedagógica e psicológica. As necessidades dos estudantes não se limitam à ordem financeira, a forma de

adaptação do estudante ao espaço educacional, se sofreu algum tipo de discriminação, não se sentir parte daquele espaço, tudo isso afeta como ele irá se posicionar dentro da sala de aula, podendo interferir no seu rendimento escolar. Pois, a universidade é o reflexo da sociedade, sendo assim, nela também se evidenciam as diferenças e opressões evidenciando assim, os impasses de uma sociedade que delimita suas ações a partir das determinações capitalistas. Neste sentido, compreendo a importância da adesão dos programas assistenciais como possibilidade de efetivar a justiça e a equidade. Segundo Aristóteles,

(...) A Equidade possui a função de corrigir a lei do caráter geral para o particular, com a pretensão de realizar a justiça. O juízo de equidade corresponde à justiça no âmbito individual e efetiva a aplicação da justiça, em relação àquela especificidade não incluída na lei. (...) As pessoas não são iguais e, portanto, não receberão as mesmas coisas, dessa forma, as distribuições devem ser feitas de acordo com o caráter meritocrático (ARISTÓTELES, 2002, p. 109).

O trabalho do assistente social na assistência estudantil é efetuado em espaços que são, em sua maioria, instituições de grande porte, com um ritmo de trabalho intenso que exige muito do profissional. Ainda de acordo com Ceolin (2014), “As análises dos dilemas do exercício profissional exigem a compreensão das determinações objetivas das relações capitalistas sobre a profissão. O processo de trabalho capitalista é precedido pela inversão do domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo” (CEOLIN, 2014. p. 241). As instituições, sejam elas públicas ou privadas, por inúmeras vezes demandam um trabalho muito técnico para responder às questões burocráticas de seus superiores, por isso, é necessária uma articulação coletiva para um fortalecimento profissional além da categoria, através de fóruns, sindicatos, para debaterem a forma técnica de trabalho, a fim de ser além de tarefas burocráticas, como preenchimentos de questionários, e ir à fundo na realidade social de cada grupo familiar do estudante para a compreensão em sua totalidade. É necessário pensar em respostas profissionais a partir das especificidades de cada público.

A partir das reflexões traçadas acima, compreendemos que o serviço social, enquanto categoria profissional, inscrita na divisão social, técnica e há quem diga sexual do trabalho (condição do qual concordamos), também se encontra ligada às demandas “construídas no complexo das contradições produzidas pelo conjunto das relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista”. É neste

terreno de disputas, que o serviço social está e é nele em que também desenvolve estratégias para responder às expressões da questão social, bem como, também se coloca como mediador dos conflitos expressos nas relações entre as classes e os interesses do Estado.

Conforme apresentado aqui, o Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social é o resultado de movimentos históricos e políticos de lutas e resistências que marcam as transformações vividas por esta profissão, e que foram necessárias e imprescindíveis para o seu amadurecimento teórico e político. É importante destacar as condições sócio históricas quando da sua emergência e ainda do entendimento que a própria categoria tinha e tem sobre o mesmo.

Compreendemos que a realidade se desenvolve a partir de um processo histórico e, portanto, construída socialmente. É nessa dinâmica, histórica, mas não linear, que o serviço social surge no Brasil, rompendo com as amarras conservadoras e assim, afirma o seu significado social a partir das relações entre as classes no processo histórico, dinâmico e que por isso, as “crises” de legitimação profissional se ligam às próprias contradições da sociedade capitalista, lamamoto (2004).

O estágio supervisionado obrigatório, encontra nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996 os elementos necessários para sua qualificação e direção. Este percurso, é indissociável que sua prática se dê no âmbito da supervisão direta e sistematizada, que expressam sua construção teórica e prática. Neste sentido, destacamos ainda, a conjuntura da luta pela democratização da vida política; a organização política da categoria e o acúmulo teórico, sobretudo, no campo da tradição crítica marxista, que culminam na quebra do histórico conservadorismo político e teórico metodológico (ESCORSIM, 2011; SANTOS, 2007).

Apesar do ambiente devastador que se instaurou no país mediante a ofensiva neoliberal, e ao crescimento alarmante do nazi-fascismo, sobretudo com a eleição de Bolsonaro em 2018, é possível notar que as principais organizações forjadas na luta diária pela defesa da democracia e dos direitos humanos, resistem e mesmo que de forma quase imperceptível, marcam suas posturas de luta e acumulam forças para disputas sociais, políticas e eleitorais.

Iamamoto (2009) destaca que, as ações do trabalho profissional na sociedade burguesa, não depende única e exclusivamente do assistente social, mas sim de todo um conjunto de relações e ainda das condições sociais, por meio das quais se realiza o trabalho. Os assistentes sociais, atuam de forma incisiva contra as expressões da questão social em distintos segmentos da sociedade, sobretudo no atendimento das “classes subalternas” (YAZBEK, 2001), onde faz frente com as relações de poder e nas iniciativas coletivas por conquistas, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania, bem como nas respectivas esferas políticas.

Analisando as reflexões acima e voltando ao foco do estágio supervisionado, compreendemos que é nesta direção crítica que se estabelecem as competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, (já mencionadas em outro tópico). São essas dimensões, que permite aos assistentes sociais intervir de forma qualificada na realidade social e assim construir estratégias e possibilidades na luta contra as investidas capitalistas.

Portanto, o estágio se coloca como atividade ímpar durante a formação e a relação que se estabelece entre estagiárias (os), supervisoras (es) de campo e acadêmicas (os) é segundo Caputi e Fornazier (2018), “um processo de construção do conhecimento coletivo” e os sujeitos envolvidos nessa relação, são, portanto, protagonistas e construtores desse processo. Ainda segundo os autores, o estágio e a supervisão se constituem dessa forma, como “síntese das múltiplas determinações que envolvem formação e trabalho profissional”.

Dessa forma, concluímos que o exercício profissional, centrado na radicalização da democracia, incentiva não só o protagonismo dos sujeitos, como também incentiva a participação política dos mesmos. O estágio é assim, um lugar que pode e deve potencializar estagiárias/os e usuárias/os em novas /os sujeitos políticos que buscam não só a efetivação dos direitos, como também das possibilidades em construir-se um projeto societário sustentado numa nova ordem sem dominação e/ou exploração de classe, de raça e etnia, ou de gênero e outras identidades.

As reflexões traçadas ao longo nesse trabalho e principalmente neste tópico, em que tratamos mais de perto da relação entre estágio supervisionado, prática

profissional e Projeto Ético Político Profissional como o laço que os unifica, não tem por objetivo ser determinista, ou mesmo invocar uma prática “messiânica” ou “endógena” do serviço social, mas sim em compreender a relação indissociável existente entre esses elementos.

Por fim, reafirmamos ser essencial refletir sobre estratégias de renovação na atuação profissional, que diante da conjuntura atual de regressão de direitos sociais e das políticas públicas, dos cortes de recursos orçamentários, dos desmontes das instituições públicas e da educação superior, bem como das agências de fomento, nos diz que é preciso produzir rebeldias, reafirmar o Projeto Ético Político do Serviço Social, numa busca “aberta e surda” por outra forma de sociabilidade livre de opressões.

4.4. O Projeto de Intervenção¹⁹ como parte da etapa metodológica

Considerando a dificuldade dos alunos perante ao processo inicial da inclusão nos programas de assistência estudantil da UFOP, tanto em relações de desconhecimento de documentos exigidos, quanto dificuldades de acesso ao questionário eletrônico CPAE, surgiu a iniciativa, em 2019, junto à minha colega de estágio Brenda Carvalho, de produzir um projeto de intervenção em conjunto, que é requisito para conclusão da disciplina Oficina de Estágio Supervisionado II. Esse projeto foi definido a partir do debate e diálogos realizados com a supervisora de campo e também a partir do processo de observação do dia a dia no estágio realizado.

Percebeu-se que os alunos ingressantes por ações afirmativas, em grande parte, vêm de outras cidades com o sonho de cursar graduação sem no mínimo, ter uma residência até sair o resultado do Edital das moradias estudantis de critério socioeconômico, esse público precisa que o resultado das bolsas saia o quanto antes, todavia, a falta de o entendimento da documentação necessária para realização da análise socioeconômica, interfere diretamente no processo. Com o avanço das cotas chegando até 50% nas Instituições e a entrada do ENEM (Exame

¹⁹ Apresento aqui, meu projeto de intervenção do Estágio Obrigatório Curricular III, como parte da metodologia em que se desenvolveu este trabalho de TCC.

Nacional do Ensino Médio) como porta de acesso às Universidades facilitou a entrada, mas não a permanência.

Um dos maiores desafios destes estudantes é o acesso às bolsas, que muitas vezes são limitadas ou muito burocráticas. O trabalho como bolsista, realizado na PRACE, nos períodos de matrícula de novos estudantes da UFOP, também foi um motivo pelo qual era interessante pesquisar sobre, ao observamos a dificuldade de muitos estudantes em reunir a documentação necessária para a avaliação, e isso reflete no tempo de conclusão da mesma. Para acesso aos programas como bolsa alimentação, permanência e moradia, os alunos têm que ter a avaliação concluída e vigente.

Portanto, a intervenção parte para a prática de auxiliar e esclarecer todas as dificuldades dos alunos cotistas para que eles não sejam prejudicados pela burocracia existente, e que é necessária, porém, faremos em uma linguagem compreensível a todos, acompanhando esse processo. Além disso, a proposta era informar sobre as políticas assistenciais do município, como por exemplo, os serviços oferecidos pelo CAPS, uma vez que a UFOP não fornece atendimento psicológico contínuo, além dos benefícios eventuais ofertados pelos dois CRAS da região.

O objetivo dessa intervenção foi fornecer informações aos estudantes, no ato da matrícula, que buscaram orientação em relação à documentação e sobre o programa de assistência estudantil na UFOP. Essa ação tinha o intuito de desburocratizar e agilizar o acesso às bolsas. Uma vez que:

Das Relações com os/as Usuários/as Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/ag- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados (CFESS, 1993).

O balanço feito após a execução do projeto foi que a meta foi alcançada em partes, isso considerando que no primeiro dia de matrículas o número de calouros foi muito grande para as duas estagiárias atenderem, além da má localização que ficamos inicialmente. Nos últimos dias de matrícula onde o número de alunos ingressantes foi bem menor, e em lugar melhor localizado, foi nítido que 98% dos alunos tiveram interesse em saber mais sobre como pleitear as bolsas. No ato da

matrícula a documentação exigida pode ser substituída pelo Cadastro Único, fazendo com que o aluno só tenha contato com toda documentação exigida na hora pleitear as bolsas. Quase todos os alunos tiveram alguma dúvida em relação aos documentos ou dúvidas acerca de quem apresentar como grupo familiar.

Devido à extensa lista de documentos, levando que cada aluno tem sua subjetividade, a falta de tempo também foi um agravante, fazendo com que nem todos os alunos fossem atendidos, uma vez que, eram atendidos no máximo dois estudantes por vez. Foi nítido que os poucos alunos que tiveram interesse em saber sobre as instituições de assistência social, conheciam ou já ouviram falar das políticas públicas assistências, uma vez que já possuíam o Cadastro Único, que corresponde a porta de entrada para o acesso a maioria dos programas sociais. Ficamos então encarregadas de informar o telefone e localidade das mesmas.

A metodologia do projeto de intervenção consistia inicialmente em construir uma periodicidade das atividades da seguinte forma:

Tabela 1 – Periodicidade das Atividades do Projeto de Intervenção²⁰

Atividades	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Elaboração do Projeto de Intervenção	x	x						
Implantação				o				
Execução				o				

²⁰ **Legenda:**

x: durante todo o mês;

o: apenas nos dias da matrícula de alunos cotistas.

Avaliação e controle					x	x		
Redefinição após avaliação						x	x	

Fonte: produção da autora.

Levando em consideração que período de matrícula o projeto de intervenção foi realizado, consistia nas seguintes datas;

Tabela 2 – Cronograma de Matrículas do Projeto de Intervenção

CRONOGRAMA DE MATRÍCULAS²¹	
Confirmação presencial da matrícula (1ª à 3ª chamada)	29/06/2019
Confirmação presencial da matrícula (7ª à 10ª chamada) do SISU	10/08/2019
Confirmação presencial da matrícula (11ª chamada) do SISU	24/08/2019

Fonte: produção da autora.

A ação foi desempenhada no centro de convergência da UFOP. O projeto de intervenção ocorreu entre os dias: 29/06/2019, 10/08/2019, 29/04/2019. A ideia

²¹ A Confirmação presencial da matrícula (4ª à 6ª chamada) ocorreu no dia 20/07/2019, em período de férias eletivas, devido a isso, uma das estagiárias que reside em outra cidade não pode comparecer.

inicial era distribuir aos alunos atendidos um questionário para posteriormente avaliar se depois do projeto de intervenção o aluno entregou a documentação o mais completa possível, ocasionando menor tempo de espera para o resultado das bolsas.

Entretanto, a informação que nos foi passada pelo Pró-Reitor Adjunto de graduação da Prograd é que muitos dos alunos que ingressam por cota, não têm a matrícula homologada, haja vista que, não se adequam aos critérios estabelecidos. Diante disso, achamos melhor consultar pelo CPAE alunos cotistas que fizeram matrícula nesses três dias e calcular quanto tempo os mesmos aguardam desde a primeira entrega até o resultado final. É importante salientar que coletamos apenas alunos cotistas que entregaram a documentação antes da portaria a qual restringe uma data limite para a entrega de documentação, já que isso poderia influenciar nossa avaliação.

Tabela 3 – Primeiro Semestre de 2019

1º SEMESTRE DE 2019/ ANTES DO PROJETO DE INTERVENÇÃO:				
MODALIDADE	DATA DE ENTREGA	DATA DE AVALIAÇÃO	CATEGORIA	DIAS ÚTEIS
L2	01/04/2019	13/05/2019	A	29
L2	09/04/2019	25/06/2019	A	54
L2	28/05/2019	17/06/2019	A	15
L2	11/04/2019	22/05/2019	A	28
L2	11/06/2019	18/09/2019	B	72

L2	27/03/2019	09/04/2019	B	10
L1	26/03/2015	03/07/2019	D	70
L2	02/04/2019	15/07/2019	D	73
L2	12/03/2019	17/05/2019	C	47
L2	24/05/2019	17/06/2019	D	17
L1	20/03/2019	30/04/2019	D	29
L2	28/03/2019	05/04/2019	A	7
L2	11/03/2019	29/03/2019	A	15

Fonte: produção da autora.

A avaliação socioeconômica classifica os estudantes nas categorias A, B, C, D, E, que definem as formas de acesso aos programas. O acesso às bolsas é regulamentado pela resolução CUNI 1380/2012. Essa resolução prevê cinco categorias socioeconômicas:

Categoria A – 100%: estudantes com alto grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório;

Categoria B – 75%: estudantes com dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório;

Categoria C – 50%: estudantes com médio grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório;

Categoria D – 25%: estudantes com baixo grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório;

Categoria E – sem perfil de acesso: estudantes que não possuem dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório.

Tabela 4 – Segundo Semestre de 2019²²

2º SEMESTRE DE 2019/ APÓS O PROJETO DE INTERVENÇÃO:				
MODALIDADE	DATA DE ENTREGA	DATA DE AVALIAÇÃO	CATEGORIA	DIAS ÚTEIS

²² **LEGENDA:**

L1 - Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L2 - Candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos) ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L5 - Candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L6 - Candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos) ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L9 - Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L10 - Candidatos com deficiência autodeclarados negros (pretos ou pardos) ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L13 - Candidatos com deficiência que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L14 - Candidatos com deficiência autodeclarados negros (pretos ou pardos) ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

L1	15/08/2019	02/09/2019	A	13
L1	19/08/2019	05/09/2019	B	11
L1	09/09/2019	23/09/2019	A	11
L2	15/08/2019	23/08/2019	B	7
L2	20/08/2019	06/09/2019	C	14
L2	20/08/2019	28/08/2019	C	7
L2	20/09/2019	09/10/2019	A	14
L5	05/09/2019	14/10/2019	A	14
L5	03/09/2019	12/09/2019	B	8
L6	20/08/2019	04/09/2019	A	12
L6	06/09/2019	17/09/2019	A	7
L2	07/08/2019	08/08/2019	C	2

Fonte: produção da autora.

O prazo máximo para o resultado da avaliação socioeconômica na PRACE é de até 60 dias corridos, todavia, como aponta a tabela (1) alguns alunos esperaram

mais de 70 dias úteis pelo resultado, esse fato se explica por uma vez que é solicitada alguma pendência de documentação e/ou entrevista; a discente volta para a fila e é contabilizado mais 60 dias.

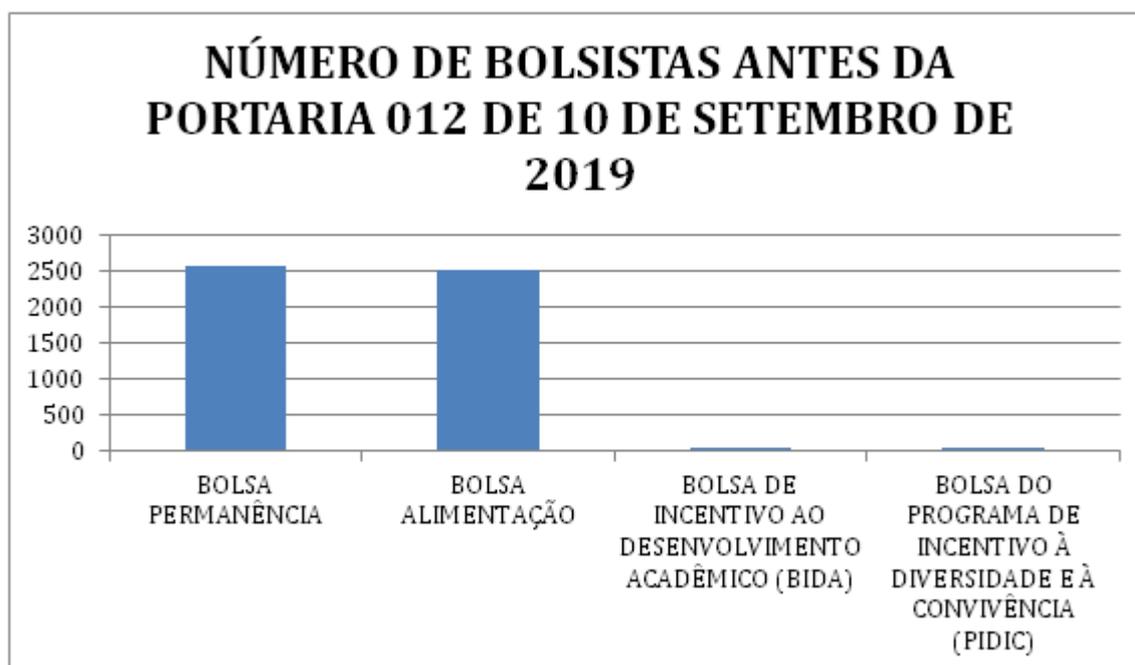
Ao analisar as duas tabelas, constatamos que após o projeto de intervenção ser executado, houve menor tempo de espera para os resultados das avaliações socioeconômicas. O maior tempo de espera, anterior ao projeto foi de 73 dias e o menor de 07 dias, já após o projeto o maior tempo foi 14 dias e o menor 2 dias. Esse resultado, é claro, não se deve apenas ao projeto, mas a toda equipe de profissionais e as bolsistas do setor pelo comprometimento com os alunos, visando melhorar a cada semestre.

É importante salientar que, antes desse projeto ser elaborado não tínhamos a dimensão que, os discentes que fizeram parte desse estudo/pesquisa foram os últimos que poderiam pleitear as bolsas, como anteriormente comentado, devido aos cortes nas universidades federais, na casa dos 2,2 bilhões de reais põe em xeque a capacidade nacional de pesquisa e desenvolvimento.

A UFOP através da portaria nº 012 DE 10 de setembro de 2019 estabeleceu que novos pedidos de avaliação socioeconômica ficassem restrita a quem ingressou em 19.2 estabelecendo uma data limite para a entrega da documentação. Tal fato impactou ainda mais esse projeto de intervenção, uma vez que, muitos desses cotistas não poderiam permanecer na universidade sem o auxílio estudantil, é perceptível que existe um processo de silenciamento daqueles que tiveram acesso à universidade a partir dos governos Lula e Dilma. E esperamos que com esse projeto tenhamos conseguido fazer com que a documentação fosse entregue antes da data limite

A seguir, analisamos o número de bolsistas antes e depois da portaria:

Gráfico 1 – Número de Bolsistas antes da Portaria 012, de 10 de setembro de 2019



Fonte: produção da autora.

Bolsa Permanência:

Possui natureza social e pedagógica e tem por finalidade conceder aos estudantes suporte financeiro para sua permanência no curso de graduação. É um auxílio financeiro concedido ao estudante, em sua conta corrente, para sua permanência na Universidade.

Bolsa alimentação:

É um benefício concedido através de depósito mensal de créditos correspondentes à bolsa na carteira de identidade estudantil, excluídos os períodos de férias e recessos acadêmicos. Tem por objetivo proporcionar acesso subsidiado aos Restaurantes Universitários da UFOP.

Programa de Incentivo à Diversidade e à Convivência – BIDA:

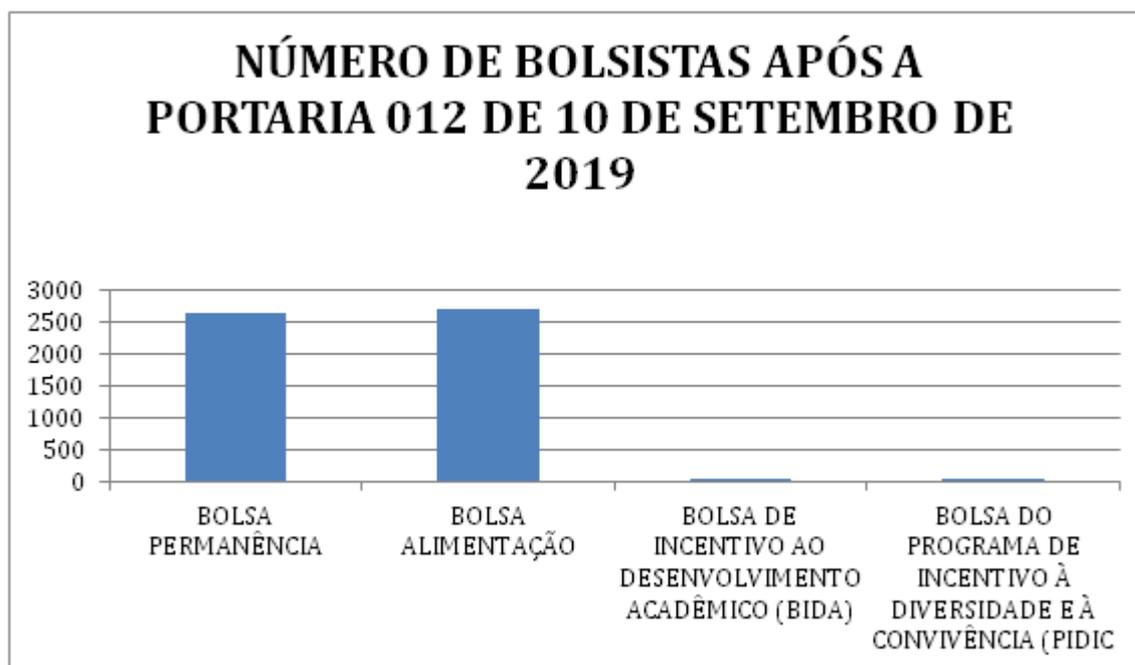
É um programa que se destina a promover constante melhoria na formação acadêmica de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Tem como princípio norteador a participação de estudantes em projetos ou atividades condizentes com o curso que estão matriculados e com as diretrizes do PNAES.

Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência/PIBIC:

Destina-se a implementar atividades de Ações Afirmativas no âmbito da UFOP de forma articulada ao ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento e ampliação das condições de permanência de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial da Universidade Federal de Ouro Preto. Objetivo: estimular e apoiar a realização de atividades, que visem promover a igualdade de direitos entre estudantes, na modalidade de graduação presencial o enfrentamento de discriminações como o racismo, sexismo, machismo, homofobia, transfobia, capacitismo. Entre outras, que afetam a sua permanência e seu desenvolvimento em todas as unidades da UFOP.

Para melhor comparação, observemos a tabela a seguir:

Gráfico 2 – Número de Bolsistas após a Portaria 012, de 10 de setembro de 2019



Fonte: produção da autora.

O número de bolsistas após a portaria foi maior, de (2572) para (2645) em bolsa permanência. Já na bolsa alimentação, houve um salto de (2498) para (2685). Tivemos uma surpresa com esses dados, acreditava-se inicialmente, que o número de pessoas que antes eram categoria D e passaram para E (sem direito) seria maior que o número de novos pedidos de bolsa, uma vez que, anteriormente um dos

critérios utilizados eram renda per capita de um salário mínimo e meio por pessoa, atualmente, é utilizado a renda de um salário mínimo por pessoa. Com a data limite muitos dos alunos que por motivos desconhecidos, não haviam apresentado a documentação para pleitear a bolsa, deram entrada com o pedido de avaliação socioeconômica, uma vez que, não se sabe quando ocorrerá novos pedidos. Para pleitear as bolsas BIDA e PIDIC, o estudante deve ser bolsista da Prace via critério de renda, entretanto, houve uma baixa de alunos contemplados; de (39) para (37) e (58) para (57).

Numa sociedade de herança escravocrata a democratização do ensino e aumento da população negra e trabalhadora nas universidades é vista como ameaça pela elite privilegiada. Desde o início do governo do atual presidente, é propagado um ataque às políticas de cotas sociais e raciais, além dos cortes diretos à educação. A conjuntura é de violação direta à permanência da população trabalhadora, negra, quilombola e indígena nas universidades públicas. É por conta disso, que esse projeto se fez ainda mais necessário. Enquanto futuros profissionais e estudantes, esperamos que a universidade, popularizada e democrática, deixe de se tornar inimiga do governo vigente.

O estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social é um processo que complementa todo o conteúdo estudado nos períodos cursados, auxiliando a formação profissional de cada aluno, através da prática das ações do trabalho do Assistente Social. Capacita o estudante num âmbito técnico-operativo desenvolvendo sua capacidade de exercer as ações necessárias no exercício da profissão, mostrando sempre seu compromisso com a classe trabalhadora numa realidade social marcada pela contradição capital e trabalho.

O estágio deve acontecer de acordo com o Código de Ética e o projeto ético-político, que imprimem os valores do Assistente Social no Serviço Social. Deve ser seguida a Resolução CFESS nº 588, de 16 de setembro de 2010 que regulamenta o reordenamento do registro profissional do assistente social perante os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, a Lei de Regulamentação do exercício da profissão do Assistente Social (Lei nº. 8.662/93), e a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. (CFESS, 1993).

A construção do projeto de intervenção dentro do campo de estágio permite com que os discentes assimilem a realidade em que estão inseridas no que diz respeito ao território, o perfil dos usuários, as demandas bem como os limites de atuação profissional. A proposta do projeto de intervenção no sentido de contribuir aos usuários a acessibilidade aos programas de bolsas reafirma a elucidação de Brant (2013), onde explicita que o trabalho profissional do Assistente Social na educação “com sua inserção em equipe interdisciplinar, inserido na relação ensino - aprendizagem no intuito de facilitar o processo e garantir a permanência do estudante no espaço educacional”.

A execução do projeto permite refletir sobre o sistema atual em que estamos inseridos, onde estamos vivenciando um cenário econômico e político extremamente desfavorável para as políticas sociais. Cotidianamente avança-se a um ataque aos direitos conquistados resultando em grandes retrocessos em relação a alguns direitos conquistados. Diante dessa consideração, as políticas sociais apresentam formas fragmentadas e focalizadas principalmente pela redução do recurso financeiro que impossibilita o atendimento de todas as demandas existentes.

Diante dessas questões e ainda reforçando a ideia de garantir a permanência do estudante na instituição, o assistente social que atua na assistência estudantil é capacitado (a) para atender o estudante identificando suas particularidades e suas realidades distintas, de forma que amplie e garanta a permanência estudantil e o desempenho acadêmico, ação materializada no decreto n. 7.234/10 que dispõe o PNAES, por isso lutar por uma educação pública, de qualidade e gratuita é sempre uma necessidade e no processo que se vivencia no estágio em relação às ações realizadas e reforçando ainda a ideia do projeto de intervenção proposto, assume - se esse compromisso.

Todo o processo de estágio contribui e enriquece a nossa formação, possibilita à compreensão das dimensões teórica metodológica, técnica operativa e ética política no campo, conhecer e se apropriar da política em que nos inserimos e delimitando a esse espaço sócio ocupacional; como se dá o processo de análise socioeconômica e atribuições do profissional que vão além dessa ação citada, permite o contato com a realidade social do estudante e a partir dela é possível

observar os reflexos da sociedade capitalista e sua implicação direta com a questão social.

O contato com os estudantes nos remete ao contato direto com as expressões da questão social, que aparecem dentro das documentações referentes ao grupo familiar do discente como; trabalhos informais, aumento do desemprego, perda de direitos, famílias sem ensino fundamental completo, famílias com perfil para inserção em programas de transferência de renda, no entanto a política social fragmentada e focalizada não permite o acesso de caráter universal.

As expressões da questão social são materializadas no aumento no número de desempregos, na alta taxa de pobreza, analfabetismo, violência, precarização massiva e exploração da mão de obra assalariada, tudo isso, fruto de um modo de produção que produz riqueza na mesma proporção que produz miséria. Considerando o objeto de trabalho do Serviço Social as expressões da questão social, o conhecimento que se adquire através da teoria para compreender as bases teórico-metodológicas, são recursos essenciais para que o Assistente Social use para exercer o seu trabalho com senso crítico, e observar essas demandas durante o processo de estágio e de intervenção do projeto, contribuiu para a reflexão no que diz respeito à necessidade de uma resposta eficiente ainda com políticas de caráter celetista. É necessário destacar também a compreensão dos limites da prática profissional, bem como a importância de se construir um profissional crítico frente às demandas.

Dentro da política de assistência estudantil é possível observar o processo de viabilização de direito do programa de assistência estudantil, bem como a dimensão teórica que é importante para a execução do trabalho. Há os entraves referentes a condições de recurso que contribuem para que a política se torne fragmentada, pois não é possível o acesso aos programas de bolsas da assistência a todos que possuem o direito, fato que se agrava ainda mais diante do atual governo.

O Assistente Social busca intervir sobre a realidade social do estudante, pois as desigualdades entre as classes sociais geram vulnerabilidade de grande parte dos estudantes e de suas famílias. Participar de todo esse processo permite refletir sobre a sociabilidade atual, a questão social é notada a cada processo de trabalho

realizado e em contrapartida as políticas existentes não permitem a viabilização de direitos a todos. Diante todas as questões é necessário reafirmar o compromisso e a defesa que a profissão faz e buscando ser um profissional crítico que possibilite e se reconheça enquanto classe trabalhadora.

O fortalecimento da assistência estudantil no Brasil precisa ser estruturado entre profissionais e estudantes, além de movimentos sociais, e precisa ser defendido como um direito, perpassando a defesa da educação pública universal. Explanar sobre as demandas que chegam ao assistente social a partir da assistência estudantil exige reflexão e organização política, pois a política de educação é tardia e mercantilizada, e embora nos últimos anos o acesso ao ensino superior tenha crescido, o número ainda é pequeno, portanto, não se pode afirmar uma democratização da educação, mas sim de uma expansão precarizada da mesma.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, foi possível refletir a atuação do assistente social na política de assistência estudantil, a importância da luta em defesa do direito à educação, principalmente em um cenário de retrocessos no que diz respeito a direitos, pois, o governo atual não prioriza a educação como uma forma de desenvolver uma sociedade, congestionando recursos destinados à essa área, sucateando a educação pública brasileira.

O objetivo deste trabalho foi refletir sobre a prática do assistente social que elabora e executa as políticas de assistência estudantil na UFOP, junto aos elementos que legitimam o projeto Ético Político da Profissão, este que, me permitiu ser usuária da política assistencial, ao mesmo modo em que eu atuava junto aos profissionais no estágio e no programa BIDA, conhecendo a rotina de trabalho, tanto as limitações encontradas, quanto visualizando a política se fazendo valer na prática, promovendo seu objetivo principal: democratizar oportunidades e reduzir as desigualdades sociais por quem ela for atendida.

Destaca-se, nesse debate, o movimento estudantil, que luta veemente por condições democráticas de acesso e permanência dos estudantes no ensino superior, e que após grandes conquistas durante os anos, atualmente sofre riscos de perder os direitos já conquistados, sendo necessário o fortalecimento desse movimento na defesa da efetivação do direito à educação, políticas afirmativas, condições de acesso em geral.

Como visto durante o presente trabalho, o direito à assistência estudantil, assim como os demais, está inserido em um complexo processo de produção e reprodução das relações sociais na perspectiva do modo de produção capitalista, nesse sentido, entendo que o assistente social tem que fortalecer a luta na democratização política como uma estratégia para fortalecer a classe trabalhadora e a fim de construir uma mobilização para a construção de uma nova ordem de sociedade, mais justa, e mais igualitária.

Um possível enfrentamento para as questões que se colocam hoje ao serviço social, nessa perspectiva, é decifrar esses processos como forma de elaborar

respostas qualificadas e coerentes com os princípios que norteiam a profissão, mais especificamente o projeto Ético-Político, as Diretrizes Curriculares e o Código de Ética Profissional. O exercício profissional deve centrar-se na radicalização da democracia através da garantia da participação política, mas também a socialização da riqueza produzida socialmente, o que supõe a vinculação com um projeto societário sustentado numa nova ordem sem dominação/exploração, dentro da lógica da finalidade de superação das desigualdades sociais existentes.

Cabe ao/à assistente social um esforço teórico, mas também político e ético, fundamental de suspensão de seu cotidiano que ultrapasse a imediatividade dos processos institucionais, das normas e rotinas que aparentemente forjam “as condições técnicas de acesso” da população aos direitos sociais e às quais o trabalho profissional deve se “pautar”. As formas de dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero não são apenas manifestas na esfera privada das empresas – onde sobressai o trabalho abstrato –, da família, das relações de vizinhança e comunitárias. Elas são reproduzidas também nas instituições que educam para o consenso a partir das políticas sociais organizadas pelo Estado, a partir dos mecanismos legais e burocráticos que fracionam os processos de trabalho institucionais nos quais se inserem os/as assistentes sociais. (CRESS, 2013, p. 105).

É notório que o sucesso acadêmico do estudante não se dá apenas pela sua capacidade individual, mas por um conjunto de fatores externos que influenciam diretamente na trajetória acadêmica, do seu ingresso à sua diplomação, e é nesse cenário que a assistência estudantil aparece e se materializa como um direito social, na oferta de programas de assistência como bolsa permanência, bolsa alimentação, acompanhamento médico e psicológico, entre outros programas. Diante a pandemia, foram agravadas as condições de estudo dos alunos, pela falta de recursos tecnológicos, ausência de um ambiente propício para estudos, entre outros desafios, sendo a assistência estudantil essencial na permanência dos alunos diante um contexto tão conturbado e recente.

A importância dessa discussão se dá no fato de que na prática profissional se reconhece os impactos das transformações societárias e isso obriga a reflexão do trabalho para além da execução de uma política, mas também, observando as realidades de cada indivíduo, por exemplo, não somente definindo o público alvo da assistência estudantil pelo critério de renda existente, o que gera uma ideia de que a política não é universal, já que não contempla todos os estudantes da universidade. O profissional no seu dia a dia também se depara com questões além, como de

raça, gênero, etnia, que influenciam na adaptação do estudante ao seu espaço acadêmico, e posso citar como um grande avanço nesse sentido, a adoção do nome social nos documentos, pela PRACE, uma ação inclusiva que aparece dentro da realidade de alguns estudantes.

A universidade, sendo reflexo da nossa sociedade, expõe os problemas advindos do modo de produção capitalista, e apesar de todas adversidades citadas neste trabalho, sobre a necessidade de melhorias na assistência estudantil, o Projeto Ético Político entra em uma perspectiva de dar base e apoio à ação do profissional, que tem o desafio de reconhecer e dar respostas em diferentes dimensões, envolvendo decisões singulares, e as consequências dessas escolhas irão refletir na dinâmica de superação da contradição da sociabilidade burguesa.

Nos últimos trinta anos, os Assistentes Sociais têm sido demandados ao desenvolvimento de um exercício profissional direcionado à construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia, gênero, através de posicionamentos radicalmente favoráveis à consolidação da democracia, conforme preconizado pelo “arsenal” técnico, legal, teórico e metodológico, conhecido como “Projeto Ético Político do Serviço Social”. O projeto tornou-se ao longo deste período, tema recorrente e transversal em parte significativa da produção literária, acadêmica e científica da profissão, além de estabelecer-se como pauta obrigatória nos espaços de debates, intervenções e discussões coletivas. (MOTA, 2011, p.57).

Dessa forma, podemos concluir que o assistente social na assistência estudantil, muito para além de definir perfis socioeconômicos de baixa renda, se depara com perfis diversificados de região, de línguas, raças, gêneros, sempre na perspectiva de defender a democracia e os direitos sociais dos indivíduos, incentivando eles serem protagonistas, sujeitos de direitos e podendo gozar da educação em sua plenitude, com igualdade de oportunidades.

Por fim, a execução do projeto de intervenção possibilitou a reflexão sobre a atual sociabilidade, as expressões da questão social são notáveis em cada processo de trabalho, e a política de assistência, apesar de estar presente e conseguir atingir um grande público, ainda não consegue ser suficiente em atender todas as demandas. Diante dessas questões, existe a necessidade de reafirmar o compromisso e a defesa da democratização da educação, buscando ser um profissional crítico que reconheça os avanços no que diz respeito à assistência

estudantil, mas que ainda há um longo caminho a ser conquistado, ao que é nosso por direito.

A pesquisa realizada não se esgota por aqui, há várias nuances acerca desse assunto, havendo a pretensão de continuar pesquisando, realizar entrevistas, a fim de obter respostas além das encontradas neste trabalho, levando a discussão para fóruns, congressos, ampliando o campo de análise e o debate.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. [S. l.]. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro, 1996. 27 p. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 03 ago. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social**. [S. l.], 2018. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Relatório Executivo: V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES**. [S. l.], 2018. 156 p. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Graduac%C3%A7%C3%A3o-das-U.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BARBOSA, R. A. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. 2009. 133 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7212/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

BARBOSA, V.; GASPAR, L. **Ações afirmativas e política de cotas no Brasil: uma bibliografia (1999 – 2012)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013. 61 p. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/images/documentos/acoes_afirmativas_e_politicas_de_cotas_brasil.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021.

BARRETO, W. **O programa de bolsas de manutenção acadêmica como estratégia da política de assistência ao estudante na UFPE**. 2003. 149 p. Dissertação (Mestrado em Serviço social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco. 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9935/1/arquivo9172_1.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília – DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto pedagógico do curso de graduação em Serviço Social**. Universidade Federal de Ouro Preto, 2018. 50 p. Disponível em:

https://icsa.ufop.br/sites/default/files/icsa/files/projeto_pedagogico_servico_social_ufop_mai19.pdf?m=1559061561. Acesso em: 14 maio. 2021.

CAPUTI, L.; MOREIRA, T. W. Estágio supervisionado em Serviço Social: contribuição para defesa do projeto ético-político profissional. **Portal ANDES-SN**. [S. l.], 2018. 10 p. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-607482245.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 118, p. 239-264, 2014. e-ISSN: 2317-6318. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/yJQLmgRRmJ8XpYNmzYsP6kf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Série III: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. [S. l.], 2014, 66 p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Projeto Ético-Político e exercício profissional do serviço social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica dos assistentes sociais**. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais.pdf>. Acesso em: 19 ag. 2021.

CONTINS, M.; SANT'ANA, L. C. O movimento negro e a questão da ação afirmativa. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 209-220, 1996. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16670/15239>. Acesso em: 02 maio 2021.

ENTIDADES realizam plenária em defesa da educação pública e lançam carta aos brasileiros. Associação dos Docentes da UESB, [S. l.], 2021. Disponível em: <http://adusb.org.br/web/page?slug=news&id=10953&pslug=#.YRtO34hKjIV>. Acesso em: 06 jul. 2021.

ESCORSSIN NETTO, L. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo, Cortez, 2011.

EURICO, M. C. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. **Ser Social**. Brasília, v. 19, n. 41, p. 41-42, 2017. e-ISSN 2178-8987. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14947/13266. Acesso em: 22 jun. 2021.

FELICETTI, V. L.; MOROSINI, M. C. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Gq8c9dWsgVskC3LDcnV8j9H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2021.

FERREIRA, D; ROSA, T. O direito à assistência estudantil: um alerta diante a pandemia do COVID-19. **Portal da União Nacional dos Estudantes**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.une.org.br/o-direito-a-assistencia-estudantil-um-alerta-diante-da-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Revista Comemorativa: 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. **Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis**. Minas Gerais: UFU – PROEX, 2012. Disponível em: http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/1_fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-25-anos3.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

GOMES, N. L. (org.). **Tempos de lutas**: as ações afirmativas no contexto brasileiro. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil. Brasília, 2006. 119 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1113-temposdeluta-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 abr. 2021.

GUERRA, Y. Investigação social e Serviço Social: novos processos de produção do conhecimento. XVI Congresso Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social Santiago-Chile. **Anais** [...]. Santiago, 1998. 11 p. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-145.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

GUERRA, Y. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A (org.). **Cenários**: contradições e pelejas do serviço social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

GUIMARÃES, L. P.; SANTOS, G. R.; PEREIRA, R. G.; MIRANDA, S. A. Trabalho no modo de produção capitalista: concepções teóricas dos clássicos Adam Smith e Karl Marx. VI Congresso em Desenvolvimento Social. **Anais** [...]. Montes Claros, 2018. 16 p. ISSN 2358-3991. Disponível em: https://congressods.com.br/sexta/anais_sexta/ARTIGOS_GT11/TRABALHO%20NO%20MOD%20DE%20PRODUCAO%20CAPITALISTA%20CONCEPCOES%20TEORICAS%20DOS%20CLASSICOS%20ADAM%20SMITH%20E%20KARL%20MARX.pdf. Acesso em: 29 jul. 2021.

GUSSO, H. L.; ARCHER, A. B.; LUIZ, F. B.; SARÃO, F. T. LUCA, G. G. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 41, 2020. 27 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/pBY83877ZkLxLM84gtk4r3f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 maio 2021.

HISTÓRIA das ações afirmativas. **Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prae/acoes-afirmativas/historia-das-acoes-afirmativas/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 120, p. 609-639, 2014. e-ISSN: 2317-6318. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2021.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez Editora, 1998.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2006.

IMPERATORI, T. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 129, p. 285-303, 2017. e-ISSN: 2317-6318. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1967.

MARTINS, E. B. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

MARX, K. Introdução. *In*: _____. **Contribuição da crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política**. v. 1. São Paulo: Nova Cultura, 1996 [1867].

MARX, K. O processo de produção do capital. *In*: _____. **O Capital: crítica da Economia Política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEMÓRIA. **Portal da União Nacional dos Estudantes**. [S. l.]. Disponível em: <https://www.une.org.br/memoria/historia/>. Acesso em: 13 maio 2021.

MOTA, A. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 39-53, 2017. e-ISSN: 2317-6318. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.092>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MOTA, A. Projeto ético político do serviço social: limites e possibilidades. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 56-68, 2011. e-ISSN: 1677-9509. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/8031/6439>. Acesso em: 28 abr. 2021.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULO NETTO, J. A construção do projeto ético-político do serviço social. *In*: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1 –

Brasília, 1999. 22 p. https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PAULO NETTO, J. Crise do capital e consequências societárias. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 111, p. 413-129, 2012. e-ISSN: 2317-6318. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 maio. 2021.

PAULO NETTO, J. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 84, 2005. 8 p. e-ISSN: 2317-6318. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/servico-social-i-2018.2/o-movimento-de-reconceituacao-40-anos-depois-j-p-netto/view>. Acesso em: 28 mar. 2021.

PAULO NETTO, J. O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro. III Congresso Internacional de Serviço Social. **Anais [...]**. Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa – Universidade Lusíada e Associação Profissional de Serviço Social em Lisboa. Lisboa, n. 42/45, p. 229-242, 2014. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1734/1/IS_42-45_13.pdf. Acesso em: 04 mar. 2021.

SALLUM, B. O governo Itamar e a democracia de 1988. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 279-303, 2021. ISSN 2238-3875. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/6myNQV64TbN7cqWntYkPBwH/>. Acesso em: 03 jul. 2021.

SIQUEIRA, S.; PEREIRA, F. **Marx e Engels: luta de classes, socialismo científico e organização política**. Salvador: Lemarx, 2014.

VASCONSELOS, A. **A/O Assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Serviço e Social e Sociedade**. São Paulo, n. 129, p. 285-303, 2017. e-ISSN: 2317-6318. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.